INTERSINDICAL

Quarta-feira, 28 de Maio de 1975

alavanca

24

UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES

Preço 3$50

CGTP - IN
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
5'370
Nº

SABOTAGEM ECONÓMICA:

UMA DAS CAUSAS DO DESEMPREGO

SOCEL: CONTROLO OPERÁRIO DA PRODUÇÃO

EM SUPLEMENTO: BOLETIM DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

avanca

SEMANARIO DA INTERSINDICAL

N.º 24

28 de Maio de 1975

DIRECTOR INTERINO:
José Luís Judas

24 páginas
Preço avulso, 3$50

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:
Av. Duque de Loulé, 63 - 3.º
Telefs. 5 99 93/4 57 12 — LISBOA-1

DELEGAÇÃO NO NORTE
UNIÃO DOS SINDICATOS DO PORTO
Rua de Santa Catarina, 922-1.º
Telefs. 380752/59 PORTO

Distribuição para postos de venda ao público:
Distribuidora «O SÉCULO»

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
Empresa do Jornal do Comércio, S. A. R. L.

avanca

RÁDIO

A VOZ DA INTERSINDICAL TODOS OS DIAS DAS ZERO ÀS DUAS DA MADRUGÀDA ATRAVÉS DS ONDAS MÉDIAS DO RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS (A EMISSORA DA LIBERDADE)

UM PROGRAMA DOS TRABALHADORES PARA TODOS OS TRABALHADORES

Durante a sua estada em Portugal, Georges Seguy, secretário-geral da C. G. T. francesa, visitou a SOREFAME, onde confraternizou com os trabalhadores portugueses e apreciou os resultados da Batalha de Produção

GEORGES SEGUY EM LISBOA

Comunicado conjunto C. G. T. - Intersindical

Durante a sua estada a delegação manifestou o apoio e a solidariedade da C. G. T. à Intersindical, como representante autêntico do novo Movimento Sindical Livre e Democrático.

A delegação da C. G. T. saudou as primeiras realizações económicas e sociais do poder democrático, apoiado no Movimento das Forças Armadas e no Povo, no campo das nacionalizações, do desenvolvimento da segurança social, do melhoramento do poder de compra dos trabalhadores e para o estabelecimento de um programa de desenvolvimento económico progressista.

A delegação salientou a importância do movimento de libertação e de independência dos povos, o processo de descolonização começado em 25 de Abril de 1974, em relação aos trabalhadores e aos povos das antigas colónias portuguesas.

As duas organizações desenvolverão e coordenarão os seus esforços para derrotar as tentativas das forças reaccionárias e neocolonialistas de Angola.

Os dirigentes da Intersindical informaram a delegação da C.G.T. da evolução económica e social em Portugal e a sua vontade de construir um movimento sindical unitário, democrático e de massas, baseado na identidade de interesses de classe de todos os trabalhadores.

A delegação da C. G. T., depois de lembrar a solidariedade manifestada pelos trabalhadores franceses aos trabalhadores portugueses nas duras condições da ditadura de Salazar e Caetano, assegurou à Intersindical e aos trabalhadores de Portugal a sua vontade de continuar sob novas formas aquela solidariedade, assegurando a defesa dos trabalhadores portugueses emigrados em França e combatendo as tentativas de bloqueio económico por parte das sociedades multinacionais.

A delegação da C. G. T. convidou a Intersindical, a fazer-se representar no seu 39.º Congresso Confederal que terá lugar de 22 a 27 de Junho próximo, na região de Paris.

Este convite foi aceite.

Uma delegação da C. G. T., chefiada por Georges Seguy, secretário-geral, composta por Christianne Gilles, René Duhamel, secretários, e Gaston Henry, membro da Comissão Executiva e secretário-geral da Federação dos Portuários, visitou Portugal de 21 a 23 de Maio de 1975, a convite da Intersindical.

A delegação da C. G. T. teve encontros com dirigentes sindicais, militantes e trabalhadores de Lisboa, Barreiro e Porto. Foi recebida pelo primeiro-ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, e pelo ministro do Trabalho, major Costa Martins.

JOSÉ LUÍS JUDAS AO «ALAVANCA»:

VAMOS ESTREITAR OS LAÇOS COM OS SINDICATOS BRITÂNICOS

A campanha de calúnias levantadas contra a Intersindical por personalidades responsáveis da vida política portuguesa tem necessariamente os seus reflexos além-fronteiras. Mas a falar é que a gente se entende, por isso os representantes do Movimento Sindical Unitário Português não se furtam aos contactos internacionais, único meio de esclarecer dúvidas e barrar o caminho às ideias erradas. José Luís Judas, membro do secretariado da Inter, e director interino do nosso jornal esteve em Inglaterra, nos dias 6, 7, 8 e 9 do corrente mês, tendo travado um frutuoso diálogo com dirigentes sindicais britânicos. A visita foi feita a convite do TUC (Congresso dos Sindicatos, a central sindical única dos trabalhadores ingleses) e possibilitou contactos com dirigentes sindicais, nomeadamente com as direcções dos Sindicatos dos CTT, dos Caminhos de Ferro, dos Transportes, e com o secretário-geral do TUC, Murray.

— No fim do mês passado, recebemos um convite do TUC para visitar a Inglaterra — diz-nos José Luís Judas. Tratava-se de estreitar os laços de cooperação entre os sindicatos portugueses e britânicos. Esses laços estavam um pouco dependentes do conhecimento que os próprios ingleses tinham da Inter. A nossa visita serviu pois também para esclarecer certas ideias erradas que existiam acerca do movimento sindical português.

— Podes explicar que ideias erradas?

— Estão relacionadas com a campanha que se tem feito — e continua a fazer-se — contra a Inter e que evidentemente tem reflexos no estrangeiro. Nesse sentido, a melhor maneira de esclarecer as pessoas é mostrar-lhes os factos. As ideias sobre a própria lei sindical, por exemplo, o facto de haver ou não eleições livres nos sindicatos, ficaram esclarecidas, através da entrega da própria lei que havia sido aprovada dias antes pelo Conselho Superior de Revolução.

— Foi abordado nas vossas discussões o problema da influência de correntes ideológicas nos sindicatos portugueses?

— Claro que sim. Como sabes, há uma estreita ligação histórica entre o Partido Trabalhista e os sindicatos ingleses, que estão na origem da criação desse partido. As suas ligações são tão estreitas que doze dos 26 membros da direcção do partido são nomeados pelos sindicatos. Naturalmente que os sindicalistas britânicos compreendem as razões — históricas também — que determinam a influência de correntes ideológicas no nosso movimento sindical. No contacto que tive com os vários dirigentes sindicais eles mostraram a maior boa vontade em ajudarem os sindicatos e trabalhadores portugueses, sobretudo no que toca à cooperação técnica de que todos necessitamos nesta fase de dinamização da nossa economia. E também na divulgação e no esclarecimento da real situação política portuguesa, com o intuito de canalizar grandes correntes turísticas para Portugal. Nesse caso concreto do turismo, os sindicatos britânicos dispuseram-se a fazer a distribuição de panfletos turísticos directamente aos ingleses através das suas publicações sindicais.

José Luís Judas: «Os sindicalistas, britânicos são pela unidade do movimento sindical, que também é uma realidade no seu país»

— Os teus contactos foram apenas com dirigentes sindicais?

— Na maioria dos casos, sim. Mas tive oportunidade de contactar também com um deputado trabalhista, Robert Edwards, um ex-combatente da guerra civil espanhola, condenado à morte pelo exército de Franco. Foi uma conversa muito interessante, pois ele revelou total compreensão pela situação portuguesa, no campo político e sindical. É consolador ouvir alguém dizer, como ele disse, que todos quantos, dentro e fora do nosso país, estão, de algum modo, a contribuir para a divisão do movimento sindical são aliados dos objectivos do fascismo.

— Qual a posição assumida pelos teus interlocutores na questão da unicidade?

— Os sindicalistas britânicos são pela unidade do movimento sindical, que é também uma realidade no país deles. As desconfianças que eles tinham em relação a nós nada tinham a ver com a consagração legal da unicidade, mas com as calúnias que são lançadas por certos responsáveis sobre a democratização da vida sindical.

— As dificuldades que a Inter tem tido nas suas relações com a CISL, central mundial a que o TUC está ligado, reflectiram-se nos vossos contactos?

— É certo que a CISL tem orientado a sua actividade em Portugal mais no sentido de apoiar partidos políticos do que no de apoiar o movimento sindical. A Inter continua fiel ao seu espírito de cooperação com todas as organizações sindicais mundiais e esse facto de ir visitar o TUC demonstrou exactamente que é esse o nosso espírito. Aliás já visitámos também a Finlândia e a Suécia (onde contactámos, portanto, com centrais filiadas na CISL). Cremos que, dada a influência exercida na CISL pelo TUC, este poderá ter um papel importante no sentido de fazer alterar a política daquela central em relação ao nosso país. Quero aliás salientar que de todos os países do mundo ocidental a Inglaterra foi o que não alterou, a nível governamental, as suas relações com Portugal. Cremos que isso se deve ao facto de estar no poder um Governo trabalhista, cuja política é altamente influenciada pelos sindicatos.

SINDICATOS BRITÂNICOS:

11 MILHÕES DE FILIADOS

Actualmente cerca de 11 milhões de pessoas, ou para cima de 40% de todos os assalariados do Reino Unido, estão filiados num sindicato. Metade da filiação total é representada pelos oito maiores sindicatos, dois terços pelos 18 maiores, e cerca de quatro quintos por sindicatos com 10 000 sócios ou mais.

Os membros dos sindicatos abrangem a maior parte dos trabalhadores manuais do sexo masculino em grandes empresas nas principais indústrias (incluindo transportes), e uma crescente e considerável percentagem de outros trabalhadores, incluindo mulheres, técnicos e empregados de escritório, chefes de serviço e outros profissionais. A maior participação das mulheres e de trabalhadoras não manuais no movimento sindical reflecte duas alterações nos últimos anos. A primeira é a menor percentagem da população trabalhadora que se ocupa na produção directa e em contrapartida a crescente proporção de trabalhadores em serviços e actividades auxiliares, juntamente com a maior variedade de empregos aberta actualmente às mulheres. A segunda consiste no incremento da consulta que o Governo realiza junto do movimento sindical sobre assuntos que afectam empregados e a economia em geral; os trabalhadores nas várias profissões e nos serviços técnicos e de administração desejam cada vez mais integrar-se nessas modernas funções dos sindicatos e consideram-nas como canais aceitáveis para a sua participação nesses assuntos.

O rendimento total dos 345 sindicatos registados em 1967 era

Continua na pág. 13

TRABALHADORES EM LUTA

«Fundamentalmente: pretendíamos que a empresa fosse nacionalizada»

SOCIEDADE ELECTRO-MECÂNICA DE AUTOMÓVEIS:

200 TRABALHADORES AGUARDAM A NACIONALIZAÇÃO

Após uma série de manobras bem características, o sr. Duarte Reis Miranda, gerente da Sociedade Electro-Mecânica de Automóveis, pôs-se em fuga para o Brasil. Os trabalhadores, atentos, resolveram tomar conta dos destinos da firma.

A empresa em questão dedica-se fundamentalmente à montagem de «jeeps» romenos, em exclusivo, que, na sua maioria, são exportados ou vendidos ao exército.

A título de curiosidade, lembramos que o sr. Duarte é irmão de um outro Reis Miranda, elemento destacado do celebérrimo Partido da Democracia Cristã.

Mas vejamos o que começou por nos dizer António Cabecinha, membro da Comissão de Trabalhadores: **«Até ao 25 de Abril de 74 vivia-se um ambiente de verdadeiro despotismo. Com o 25 de Abril as atitudes do sr. Reis Miranda em nada se modificaram. Os salários eram pagos regularmente, no entanto, não foram poucos os casos em que era necessário recorrer ao tribunal. De resto, o senhor gabava-se. Dizia ele que preferia pagar através do tribunal do que seguir as vias normais.»**

Com o 25 de Abril muitos patrões mudaram de atitude (pelo menos aparentemente) mas, no caso do sr. Duarte Reis Miranda as melhoras não foram sensíveis. Por tudo isso, e não só, os trabalhadores organizaram-se e deram início à sua luta.

«Apesar das ameaças que coçaram a circular — prossegue desta feita Jorge Fatia — **realizámos um Plenário tendo sido eleita uma comissão de trabalhadores que tratou de elaborar um caderno reivindicativo. O sr. Miranda recusou-se a aceitar o caderno reivindicativo e abandonou a firma. Como o termo «caderno reivindicativo» lhe fazia impressão, convocámo-lo para uma reunião com o fim de analisarmos uma «agenda de trabalhos». Ao fim de cinco horas de reunião nada se conseguiu adiantar, ficou tudo na mesma.»**

A dada altura, a divisão entre os trabalhadores começou a fazer-se sentir. De resto, e segundo os nossos entrevistados, essa divisão foi fomentada pelo próprio sr. Rui Miranda através das mais diversas manobras. Por outro lado, **e dada a sua «falta de experiência», a comissão de trabalhadores mostrou-se pouco eficiente, acabando por ser demitida.** Entretanto, uma nova comissão foi eleita. Sobre o assunto, Manuel Reis declarou-nos: **«Uma vez eleita a nova comissão metemos mãos ao trabalho. No entanto, a princípio, tínhamos pouco apoio por parte dos nossos colegas, muitos receavam avançar uma vez que existia ainda uma certa subjugação ao sr. Miranda. A nossa principal tarefa foi, portanto, juntar os trabalhadores em torno de um objectivo comum. Enfim, a pouco e pouco fomos conseguindo alguma coisa. Elaborámos, então, um segundo caderno reivindicativo e apresentámo-lo ao sr. Miranda no dia 10 de Março. No dia seguinte, no célebre dia 11 de Março, pela manhã, disse-nos que não aceitava o caderno e que não queria mais discussões.»**

«A título de curiosidade, posso dizer-lhe que no dia anterior o major Sanches Osório esteve cá a visitar o sr. Miranda, de quem era íntimo amigo. Dia 11, à tarde, apareceu por cá e disse-nos que fôssemos para casa porque havia tiros na rua.»

Estranhas mas compreensíveis as atitudes do sr. Reis Miranda. Apesar de tudo a luta não parou. Havia (e há) que não desistir.

«A Imperex — disse-nos Jorge Fatia — **é a empresa que monta as nossas viaturas. A dada altura o sr. Miranda pretendeu mudar de fábrica alegando que tinha outra que fazia um preço mais em conta. Entretanto, e muito naturalmente, os trabalhadores da Imperex impediram a saída das viaturas já montadas até que tudo se resolvesse. A comissão de trabalhadores da Imperex reuniu com o sr. Miranda e este disse-lhes que não queria saber de nada; mesmo que a empresa falisse isso não lhe interessava.»**

Em face do sucedido os trabalhadores reuniram em plenário e decidiram sanear o sr. Reis Miranda. Naturalmente, o senhor não gostou de ser saneado e disse que «não aceitava ordens de ninguém», segundo os nossos interlocutores.

Mas aqui vai o que Jorge Fatia nos contou: **«Depois de ser saneado apareceu por cá mais uma vez. É claro, os trabalhadores acabaram por pô-lo na rua. Finalmente acabou por desistir. Entretanto soubemos que o senhor fez uma série de tentativas, nomeadamente junto dos bancos dos quais dependemos, no sentido de nos cortarem os créditos. Por outro lado, soubemos igualmente que neste momento já se encontra no Brasil. Por agora elegemos uma comissão directiva que, para já, tem conseguido assegurar o pagamento dos ordenados apesar da situação económica da firma ser bastante débil.»**

Quanto à situação actual da empresa, Manuel Reis adiantou-nos: **«Apesar de devermos à banca cerca de 25 000 contos, as perspectivas são boas uma vez que a grande maioria das viaturas por nós fabricadas se destinam à exportação. Por outro lado, temos o exclusivo da montagem deste modelo e, inclusivamente, alguns técnicos romenos que nos vieram visitar, na intenção de nos ajudarem, garantiram-me já a montagem de um outro modelo, igualmente uma viatura de trabalho, tipo «todo-o-terreno». Aguardamos, pois, que o Estado nos dê a mão. Fundamentalmente, pretendíamos que a empresa fosse nacionalizada.»**

O «ALAVANCA» LEVANTOU A «LEBRE»

A REACÇÃO ACTUA TAMBÉM EM FRANÇA CONTRA OS TRABALHADORES PORTUGUESES

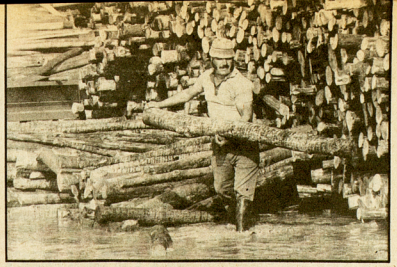
Dirigentes de empresas de Portugal tiveram (terão ainda?) à sua disposição «cursos» ministrados em França, onde lhes era ensinada a maneira de contrariar a actividade sindical dos trabalhadores portugueses. Verdadeiros cursos da contra-revolução foram (estarão ainda a ser?) ministrados a portugueses por uma «escola», cujas «propinas» eram naturalmente pagas à custa da mais-valia dos trabalhadores. Foi o «Alavanca» quem revelou esta «rede de sabotagem» num dos seus últimos números.

As nossas revelações tiveram como efeito imediato a ocupação das instalações da F.I.L. por parte dos trabalhadores, que desse modo, souberam que a sua empresa era uma das «clientes» dos cursos em questão.

A agência France Presse, por sua vez, decidiu fazer uma investigação acerca dessa inquietante escola que os franceses albergam no seu território (não se sabe se só para uso estrangeiro se também para consumo nacional).

Eis as informações que a France Presse conseguiu obter: a) entre 23 e 25 de Setembro cinco portugueses, dirigentes de empresas, estiveram hospedados no convento «La Solitude» de Versalhes. Esses portugueses tinham ido a França «para visitar fábricas e assistir a reuniões»; b) o referido convento — de religiosas — costuma servir para retiros espirituais; c) os cinco portugueses já referidos iam acompanhados de mais colegas, também portugueses, que

(Continua na página 6)



SOCEL: CONTROLO OPERÁRIO DA PRODUÇÃO

«É o trabalho que faz tudo na terra. Há alguma coisa que tenha sido feita na terra sem trabalho? É o trabalho que caracteriza o Homem e o diferencia dos animais.» Eis uma afirmação do nosso primeiro-ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves. A Batalha da Produção está em marcha (nunca é demais dizê-lo) e para vencê-la é necessário meter mãos ao trabalho. Ao tal trabalho de que nos fala o brigadeiro Vasco Gonçalves.

De tudo isto têm consciência cerca de 1000 trabalhadores da SOCEL (Sociedade Industrial de Celulose, situada em Setúbal) que, durante um ano, conduziram a sua luta de forma verdadeiramente exemplar. Entretanto, e dando satisfação a um dos principais anseios dos trabalhadores, a empresa foi nacionalizada no passado dia 14.

A LUTA

Mas vejamos como alguns dos elementos da Comissão de Trabalhadores nos contaram o que tem sido a sua luta: **«Antes do 25 de Abril, em 1969, houve uma tentativa de greve** — começou por nos declarar Cunha Pisco — **Mas, é claro, foi um desaire, pois bem sabemos como era difícil fazer qualquer coisa. Após o 25 de Abril foi como se um dique se tivesse aberto. Logo em seguida, no dia 1 de Maio, formou-se a primeira comissão de trabalhadores que, seis dias depois, foi ratificada em plenário. Elaborou-se um caderno reivindicativo que, de um modo geral, foi satisfeito.»**

Até aqui, tudo bem. Mas os problemas começaram a surgir. Eis o que nos disse o camarda Cunha Pisco: **«Mais ou menos por essa altura, reivindicámos a igualdade de direitos e deveres para todos os trabalhadores independentemente da sua categoria. Quer isto dizer que pusémos os engenheiros a picar cartão do ponto. Pretendia-se com esta medida moralizar as relações de trabalho que até então se processavam de forma bastante irregular. Surgiram, então, os primeiros problemas. De todo este processo resultou o saneamento de 16 pessoas, a 4 de Julho.»** Os saneados, muito naturalmente, não concordaram. Vai daí, dirigiram-se à administração, em Lisboa, e expuseram o seu caso. A administração tratou de defender os saneados e os trabalhadores, por seu turno, trataram de defender os seus interesses montando piquetes às instalações durante 15 dias. Convém lembrar que os saneados eram acusados pelos trabalhadores de «incompetência, prepotência e comprometimento com o regime fascista».

Apesar de tudo, a administração deu início a uma série de manobras: aliciamento de alguns trabalhadores, interferência nos fornecimentos de matérias-primas, etc. Mas nada conseguiram, os trabalhadores estavam atentos.

«Entretanto — prossegue Cunha Pisco — **falou-se em ampliar a fábrica e eles disseram que não porque os saneados é que tinham competência para proceder à ampliação. Chegou-se, enfim, ao impasse. A 6 de Dezembro, e após uma longa reunião, tudo se resolveu, aparentemente a nosso favor. E porquê? É que algum tempo mais tarde, concluímos que os saneados tinham sido absorvidos na sede, formando um «gabinete» para estudar a tal ampliação».**

Sobre o «gabinete», José Almeida adiantou-nos ainda: **«Tomámos consciência de que o gabinete não servia para nada. Além disso, a ampliação deveria ser feita pelos trabalhadores o que, de resto, está agora a acontecer. Por outro lado, o gabinete estava a ser financiado com o dinheiro de todos nós. Desde Julho até à nacionalização gastaram-se 4500 contos com o tal gabinete e por fim, quando os senhores foram demitidos, queriam indemnizá-los. Enfim, segundo o parecer da comissão de trabalhadores, acabaram por ser despedidos. De resto, a própria administração serviu-se do nosso parecer para justificar os despedimentos. Por fim, no passado dia 14, surgiu a tão desejada nacionalização.»**

PROBLEMAS DA INDÚSTRIA

A indústria de celulose tem os seus problemas próprios que, aliás, não são poucos. Grande parte da pasta para papel produzida no nosso país destina-se à exportação, daí a sua importância para a economia nacional.

Sintetizando os problemas mais prementes com que se debate aquela indústria, Edgar Almeida esclareceu-nos: **«Aqui, na SOCEL, produzem-se actualmente 100 000 toneladas anuais de pasta para papel. Com a ampliação agora em curso, pensamos vir a produzir 200 000 toneladas.**

A nível nacional, mais de 80 por cento da pasta para papel é exportada. No entanto, muito do papel consumido em Portugal é importado, isto quer dizer que, futuramente, ter-se-á que proceder à verticalização da indústria. De resto pensamos que será mais fácil exportar o papel do que a pasta. Além disso, temos grandes possibilidades de vir a competir com o mercado externo. Dentro das dificuldades que se nos levantam, não só a nós como a toda a Europa, é de salientar a acção dos Estados Unidos da América. Na América a pasta para papel é produzida em grandes quantidades. Então, em certas alturas existe um grande excedente o qual é lançado na Europa a um preço muito baixo.»

A BATALHA DA PRODUÇÃO

Apesar de tudo, os trabalhadores da SOCEL estão neste momento empenhados na Batalha da Produção.

«Por agora — disse-nos Cunha Pisco — **as reivindicações salariais estão postas de parte. Neste momento estamos virados para a reestruturação da empresa que, com a ampliação em curso, vai permitir a criação de novos postos de trabalho (cerca de uma centena). A nacionalização da empresa vai-nos permitir exercer um controle total da produção.**

Não queremos, com tudo isto, ser capitalistas. Queremos é que o nosso dinheiro seja aplicado no desenvolvimento do País. Queremos é saber onde o nosso dinheiro será aplicado, seja em novas indústrias, escolas, estradas, etc. Vamo-nos entregar de alma e coração à Batalha da Produção. Até aqui trabalhávamos para os capitalistas, agora trabalhamos para nós, para o País. De resto, a nossa Revolução só será ganha se a Batalha da Produção for ganha por todos nós.»

Mas como ganhar a Batalha, perguntarão muitos trabalhadores? Com os camaradas da SOCEL poderemos aprender alguma coisa. António Barnabé contou-nos: **«O controle operário da produção é fundamental. Na SOCEL existem 14 sectores que por sua vez se dividem em duas ou três secções. Para já, a cada um dos sectores corresponderá um Conselho de Produção formada pelos delegados sindicais respectivos e por um dos elementos da Comissão de Trabalhadores. Tentaremos, em seguida, criar Conselhos de Produção também nas secções. Pretendemos, acima de tudo, integrar o maior número de trabalhadores possível. Com tudo isto, o nosso principal objectivo é atingir, para já as 200 000 toneladas anuais. Posso ainda adiantar que os Conselhos deverão elaborar relatórios diários sempre que existam anomalias ou quebras de produção.»**

Estamos, portanto, em presença de um caso digno da nossa maior admiração. A terminar esta nossa conversa, um dos camaradas entrevistados fez o seguinte apelo: **«Gostaríamos bastante que o nosso primeiro-ministro viesse até cá visitar-nos. Aliás, os trabalhadores da SOCEL merecem bem essa distinção. Resta-me pedir a todos os trabalhadores portugueses que sigam o nosso exemplo, não se trata de uma questão de validade mas apenas queremos ajudar. E já sabem se precisarem da nossa ajuda cá estamos.»**

Que os desejos dos trabalhadores da SOCEL se cumpram e, já agora, parabéns a todos pela forma como têm conduzido a vossa luta.

A REACÇÃO EM FRANÇA

(Continuação da página 4)

ficaram hospedados em hóteis de Paris e de Versalhes; d) quem levou os cinco portugueses para o convento foi um frade, Saint-Chamas, «conhecido pelas suas opiniões de extrema-direita»; e) os cinco portugueses telefonavam constantemente para Lisboa e pareciam bastante inquietos com a marcha dos acontecimentos no nosso país (recorda-se que estávamos então nas vésperas do 28 de Setembro); f) interrogado pela France Presse, «frei» Saint-Chamas confirmou que tinha levado os cinco portugueses para o convento, mas recusou-se a revelar quem eram os organizadores da «visita» e quais os objectivos dessa «excursão»; g) o «centro de estudos e empresas» — a organização promotora da «visita» dos portugueses — é uma associação legalizada, que existe em França desde Fevereiro de 1969, que tem organizado diversos estágios destinados a dirigentes administrativos portugueses; h) segundo os estatutos, essa associação tem por objectivo exercer uma acção doutrinal por pequenos grupos nas esferas de quadros e dirigentes de empresa, acção essa tendente, por sua vez, a esclarecer como se deve lutar contra a influência dos sindicatos de luta de classes; i) os corpos gerentes desta «associação» são: presidente Jean Louis Guillaume, vice-presidente, Richard Alessen d'Assier de Boisredon, secretário, Charles Renaud; j) o secretário, isto é, o sr. Charles Renaud, é um antigo capitão da O.A.S. (Organização do Exército Secreto, grupo terrorista das direitas, constituído por fanáticos do colonialismo que, depois da guerra da Argélia, tentaram, por todos os meios contrariar a descolonização, procurando derrubar o Governo e chegando a montar conspirações para assassinar De Gaulle); l) todos estes «associados» são «conhecidos pelas suas ideias de extrema-direita, tal como o «frei» Saint-Chamas, que desempenha no centro as funções de responsável pela comissão «ligações e informações»; m) a sede do centro — que edita um boletim — é na Rua Langier, 42 em Paris.

Há quem se agonie no nosso país com o facto de se advertirem os trabalhadores contra a reacção. Dizem alguns que a reacção é um «espantalho» com que certas pessoas andam a acenar para fins inconfessáveis. No entanto, a reacção está viva ainda, às vezes tão viva, que anda mesmo à solta e todos nós a vemos em acção. Mas, para além daquela que conhemos de vista, há outra, oculta. Cá dentro. E lá fora. Os inimigos espreitam-nos de todos os lados. Até de Paris, na Rua Langier. Até de Versalhes, num tranquilo convento de freiras...

OUÇA A «VOZ DO INATEL» TODAS AS SEGUNDAS-FEIRAS AS 21 HORAS NO RÁDIO CLUBE PORTUGUES

NA ACADEMIA DE SANTO AMARO, NO DIA 23, AS 21.30, COM A COLABORAÇÃO DO INATEL, PELO GRUPO 4, A PEÇA DE XAVIER POMMERET:

«A INVESTIGAÇÃO».

VALORES ENTREGUES NA INTERSINDICAL DESTINADOS AOS TRABALHADORES RURAIS

Ultrapassam já os 180 contos as quantias entregues na Intersindical com destino aos trabalhadores rurais. Não é tanto pelo valor elevado das entregas que este facto merece relevo nas páginas de «Alavanca», antes pelo que elas significam de solidariedade da classe trabalhadora portuguesa. Grandes ou pequenas quantias, consoante as disponibilidades de cada um, elas afinal têm todas o mesmo significado: os trabalhadores estão unidos, nos serviços, nas fábricas, no campo. E estão também unidos entre si numa luta que é a sua: a luta pelo fim da exploração capitalista; a luta pela construção de uma sociedade justa onde os trabalhadores não sejam mais escravos de uma economia que não lhes pertence, que não controlam. Os trabalhadores estão, afinal, irmanados, como todo o povo português — em aliança com o M.F.A. — na luta pela consolidação da democracia em Portugal; pela construção da sua própria sociedade: a sociedade socialista.

Publicamos a seguir a lista dos valores já entregues na Intersindical — central unitária dos trabalhadores portugueses:

Sindicato Emp. Ser. Administrativos Mar. Mercante	370$00
Trab. Amândio e Portela, Lda.	673$40
Maria de Lurdes Guerreiro Silva	100$00
Júlia Margarida Roque	500$00
Maria Isabel Rosa Teixeira	250$00
António Amaro Silva	50$00
1 Bancário	100$00
João Viegas Santos	50$00
Américo Costa Pereira	100$00
Maria Eugénia Varela Gomes	100$00
Maria do Carmo Gomes Teixeira	20$00
António Foguetteiro	50$00
Alzira Fontes Machado	20$00
João Pedro Francisco	100$00
Manuel Costa	100$00
A. M.	100$00
Maria Aguilar	1 000$00
1 Bancário	212$50
A. Z. N.	100$00
Luís António Crespim	500$00
José Luís Crespim	200$00
Sociedade Filarmónica U. Oliveirense	2 139$40
Anónima de Moscavide	20$00
Manuel Martins	100$00
Base Alvalade MDP/CDE	1 000$00
Manuel dos Chões Ganudo	100$00
M. A. B. S. L.	100$00
M. José Calisto	100$00
Trabalhadores do Banco Pinto e Sotto Mayor	2 350$00
André Machado Jorge	100$00
José Rodrigues Filipe	50$00
Joaquim J. Grou-A. Espada-Andrade	100$00
Comício de solidariedade com o povo Chileno	405$00
Comício de Solidariedade com o Povo Chileno (Trabalhadores Rurais)	360$00
Comício de Solidariedade com o Povo Chileno	441$80
Sebastião M. Freire	300$00
Justina Gatarino	100$00
Ana Maria Morais	100$00
Isabel Nunes	50$00
Maria do Carmo	200$00
Orlando F. Nunes	60$00
António Moutinho	50$00
Lista Encabeçada por Ferreira Rato	920$00
Trabalhadores Projel — SARL	3 403$50
Sind. Ind. Lanifícios Castelo Branco	10 000$00
Trabalhadores Vilalara — Armação Pera	2 860$00
Amigos do Barreiro	360$00
Pessoal do restaurante «O Gigante»	850$00
Rogério Cardoso	500$00
Maria Manuela Velez	100$00
Maria Luísa	50$00
Um dirigente Sind. Caixeiros Setúbal	100$00
Três Trabalhadores	75$00
Sind. Caixeiros Lisboa	8 490$50
Trabalhadores Dialap	5 730$00
Anónimo	1 140$00
Trabalhadores Kwon Portuguesa	3 690$00
Trabalhadores Cx. Central	2 320$00
Estudantes Económicas	890$00
Funcionários Sid. Transportes Lisboa	3 130$00
Sind. Ferroviários do sul (MTUOSR)	16 347$00
Trab. Estaleiros de Viana do Castelo	18 990$00
Trab. Marques Raso	1 100$00
Manuel Fernandes — Vizela	250$00
Trab. Banco Pinto Sotto Mayor — Praça Londres	690$00
Trab. da Celnorte	5 510$00
Sind. Operários Metalúrgicos Santarém	10 000$00
Trab. Empresa Viação Bucelense	15 141$80
Sind. Metalúrgicos Porto	14 645$50
Carlos Alberto Dias Grilo	50$00
Sind. Operários Corticeiros Setúbal e Almada	9 123$00
Sind. Trabalhadores Comércio Lisboa	8 549$50
Sind. Metalúrgicos Distrito de Lisboa	14 115$00
Trabalhadores Fábrica ELO	3 000$00
Trabalhadores Philips	4 284$50
Sind. Prof. Escritório Distrito de Lisboa	1 450$00
TOTAL	180 777$40

O PROBLEMA DO DESEMPREGO EM DISCUSSÃO

A SABOTAGEM ECONÓMICA FOI UM DOS FACTORES QUE MAIS CONTRIBUÍRAM PARA O DESEMPREGO

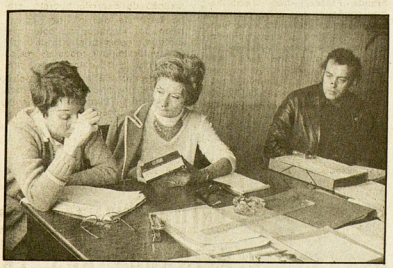
Segundo uma estimativa dos serviços técnicos do Planeamento Económico, atinge um total de 177 000 o número de pessoas desempregadas no nosso país, o que constitui de facto um problema grave, individualmente dramático em certos casos, mas que não pode ser considerado isoladamente e sim como consequência de todo o problema económico com que actualmente nos debatemos. Para fazer um levantamento geral do assunto, organizámos uma mesa redonda com a participação do Dr. Jorge Rodrigues, Chefe de Gabinete do Secretário de Estado de Emprego, a Dr.ª Maria do Carmo Nunes, Chefe de Divisão do Mercado de Emprego, o Sr. Acácio Catarino, Técnico da Promoção Geral de Emprego e Rui Lucas, do Secretariado da Intersindical.

PANORAMA GERAL

Alavanca — Vamos talvez começar por ouvir a opinião da dr.ª Maria do Carmo Nunes sobre o problema do desemprego.

Maria do Carmo Nunes — Actualmente, estima-se o desemprego em cerca de 180 000 pessoas, estimativa relativa a Dezembro do ano passado, o que traduz uma taxa de desemprego de 5,6%. Portanto esta situação revela um agravamento relativamente aos anos anteriores, visto que a taxa de desemprego entre 70 e 73 rondou de facto os 3%, o que é considerado uma taxa de equilíbrio. Verificou-se portanto um agravamento ao longo de 74. Convém contudo salientar que daqueles 180 000, cerca de 70% são indivíduos que procuram emprego pela primeira vez. Tem interesse ver as razões deste agravamento, mas antes disso convém talvez analisar como é que se mantinha uma taxa de desemprego à volta dos 3% nos anos anteriores, revelando um equilíbrio no mercado de trabalho a que se poderá chamar fictício. Esse equilíbrio era de facto conseguido, apesar de uma redução de 15 000 a 20 000 postos de trabalho nos últimos anos, e à custa da emigração maciça de trabalhadores, que desde 60 até ao momento presente atingiu cerca de um milhão e trezentas mil pessoas e que nos últimos tempos rondava pelas 120 000 pessoas anuais. O que se verificou este ano foi uma quebra bastante abrupta na emigração, calculando-se em cerca de 50 000, as pessoas

que normalmente teriam emigrado e que ficaram cá este ano, face à situação que se gerou na Europa. Portanto, a crise económica generalizada está na origem da retensão dessas pessoas em Portugal. Ainda em relação a esse equilíbrio fictício que se verificava em anos anteriores, vemos que além da emigração, que era de facto o tubo de escape número um para a fuga de mão-de-obra de forma a conseguir-se esse equilíbrio no mercado, havia também a mobilização militar, que levava activos potenciais para África. Além disso, outro factor de equilíbrio era de facto a repressão sindical e a contensão salarial, que conduzia à ultrapassagem das tensões no mercado de trabalho e consequentemente ao tal equilíbrio fictício. Analisando o agravamento deste ano, o que se verifica é que face a essa quebra na emigração e à desmobilização militar, portanto a um efeito exactamente inverso, com a entrada na vida activa de militares desmobilizados, ao regresso de alguns colonos e à liberdade sindical que se verificou. De facto tudo isso veio eliminar factores do tal equilíbrio fictício e portanto provocar este aumento do desemprego ao longo do ano. Esta parece-me ser a panorâmica geral do problema. Poder-se-ia talvez fazer uma comparação com outros países da Europa. Aliás, eu falei na redução da emigração, portanto na crise generalizada na Europa que teria levado a essa quebra na emigração o que se verifica até pelo agravamento das taxas de desemprego na quase totalidade dos países da Europa Ocidental.

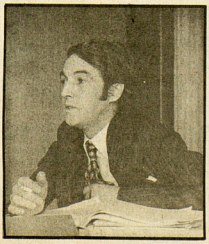


«A.» — Parece-nos que o Dr. Jorge Rodrigues tem qualquer coisa a dizer a este respeito.

Jorge Rodrigues — Gostaria de acrescentar que, dada a alteração política depois do 25 de Abril e portanto desfeito o equilíbrio artificial que parecia existir no mercado de emprego, surgiram condições para que afluísse um maior número de pessoas ao mercado de emprego. É o caso por exemplo como foi referido da diminuição da emigração, da desmobilização militar, do regresso dos colonos. Portanto o que se verificou fundamentalmente foi um ingresso de mão-de-obra no mercado de emprego e digamos que não houve neste espaço de pouco mais de um ano uma reanimação da actividade económica de forma a criar postos de trabalho que pudessem absorver essas pessoas. Este é um aspecto importante quando se põe o problema do desemprego ter aumentado de uma forma muito acentuada. Após o 25 de Abril começou-se logo a falar no problema de desemprego como resultante da situação política, mas é preciso analisarmos bem as causas que levaram a isso. Ele não é mais que o resultado de alterações de carácter político que tiveram reflexo num sistema económico em que o «equilíbrio» no mercado de emprego se estabelecia em virtude de condições que não se podem manter. Em primeira instância, o problema de desemprego, que surgiu imediatamente após o 25 de Abril, é resultante de causas que vinham de trás.

M. C. N. — Haveria necessariamente uma ruptura nas razões que mantinham esse equilíbrio fictício. E tem interesse analisar esse ponto, quer relativamente à parte de procura que portanto entrou no mercado

→



Cerca de 70 % dos desempregados (180 000 em Dezembro de 1974) procuram emprego pela primeira vez. A quebra de emigração (provocada pela crise nos países capitalistas da Europa) e a desmobilização dos militares, resultante do fim da guerra colonial, contribuíram igualmente para o acréscimo da taxa de desemprego. «(...) a partir das nacionalizações, penso que há possibilidades de controlar a economia, porque as nacionalizações atingem sectores básicos da indústria, que possibilitam que seja feita uma planificação socialista com vista a um efectivo controlo»

(Jorge Rodrigues)

SABOTAGEM ECONÓMICA UM DOS FACTOR PARA O AUMEN

←

quer à oferta de postos de trabalho que na realidade sofreram uma quebra superior à verificada em anos anteriores.

«A.» — A que é devida essa quebra de postos de trabalho?

J. R. — O problema é o seguinte: antes do 25 de Abril a nossa economia, principalmente a partir de 69 e mais acentuadamente a partir de 72, estava num tipo de desenvolvimento a que poderemos chamar artificial, baseada principalmente em sectores de carácter especulativo: o caso de construção, a própria especulação na Bolsa dava um aspecto de euforia à economia que era artificial e que teria que ter uma quebra mais tarde ou mais cedo. Com o 25 de Abril o tipo de desenvolvimento que tínhamos não podia ter continuidade e levou imediatamente a uma retracção do sector privado, a uma retracção do investimento e digamos que a uma retracção da procura, por outras razões, que efectivamente se verificou. Tudo isto conduziu ao que agora se verifica claramente: a determinados sectores entrarem em crise. E se nós analisarmos o problema do desemprego com base nos despedimentos que houve, detectamos que o desemprego se localiza mais acentuadamente em determinados sectores e inclusivamente em determinadas regiões onde esses sectores estavam implantados. É o caso por exemplo da construção civil, das metalo-mecânicas, da têxtil, das confecções e que vai afectar imediatamente as regiões correspondentes, que é o caso de Braga, do Porto, de Lisboa, embora o problema em Lisboa seja mais lato, e de Faro. Quer dizer, o que acontece em relação ao Serviço de Emprego até Março de 74 é que tinha sempre um determinado número de ofertas em carteira para fazer face aos pedidos de emprego que havia e que a partir daí começaram a diminuir acentuadamente. Aliás a Maria do Carmo pode dar indicações sobre isso com números. Se em Março de 74 o número de ofertas andava à volta dos 30 000...

M. C. N. — Vinte e quatro mil trezentos e dezasseis.

J. R.... neste momento andam à volta dos 4000. Portanto isto quer dizer que para fazer face à actual situação de desemprego não se pode ter em vista só as possibilidades de colocação que os serviços têm. Tem que haver uma dinamização de forma a serem criados postos de trabalho e possibilitar-se o desenvolvimento das actividades existentes. E aqui entra também o aspecto da sustentação de determinadas actividades que começam a sofrer grandes dificuldades.

«A.» — Especialmente quais?

J. R. — Assim de imediato há os têxteis, as confecções, a metalo-mecânica, a construção civil. Na metalo-mecânica tem um aspecto particular a indústria da electrónica, que estava ligada ao capital estrangeiro, portanto baseada numa política de mão-de-obra barata e que imediatamente a seguir ao 25 de Abril foi o sector onde se verificou maior número de despedimentos. Houve mesmo empresas que encerraram totalmente e que portanto despediram as pessoas por fecho de actividade. Há necessidade de criar condições para empregar as pessoas despedidas e que ficaram sem emprego depois do 25 de Abril, além daquelas que ingressaram no mercado a partir do 25 de Abril.

OS SINDICATOS FACE AO DESEMPREGO

«A.» — Que papel podem ter os Sindicatos em relação a este problema?

R. L. — Nós sabemos que um dos factores que após o 25 de Abril mais contribuiram para o desemprego, independentemente de vermos o desemprego como um problema isolado da questão económica, foi o da sabotagem económica. Portanto, com as medidas tomadas já pelo Conselho da Revolução no sentido da nacionalização de sectores básicos, nós vemos que os Sindicatos dos trabalhadores estão com possibilidades cada vez maiores de tomar a economia nas suas próprias mãos, através de um controlo da produção, através de uma oposição bastante viva a medidas de sabotagem, através da exigência por exemplo de que os saboteadores da economia tenham pesadas penas de prisão não remíveis a dinheiro, inclusivamente que os seus crimes sejam pagos por meio de expropriação sem direito a quaquer indemnização, através de todo um controlo de produção com propostas absolutamente realistas. Na medida em que a economia vai estar nas nossas próprias mãos, não vamos fazer aquele género de propostas que fazíamos antes do 25 de Abril e que se destinavam exclusivamente a criar dificuldades ao sistema. Hoje as condições são bastante diferentes. Além disso vemos também que o aparelho de Estado, após o 25 de Abril, não fez investimentos. Quer dizer, os dinheiros públicos não foram investidos de tal modo que tivessem sido criados novos postos de trabalho. E isso tem que acontecer. Os dinheiros que afinal começam a ser nossos, pois têm que ser investidos por exemplo em construções sociais, em actividades que logicamente irão criar novos postos de trabalho. Isso tem que ser feito a muito curto prazo. É todo um papel que cabe aos Sindicatos, pelo menos o de darem uma consciência cada vez maior e melhor aos trabalhadores sobre o papel que eles têm a desempenhar para tomarem a economia nas suas próprias mãos. A economia tem que deixar de ser um assunto que lhes é estranho. Tem que deixar de haver alguém que pense em nome dos trabalhadores.

J. R. — Eu queria acrescentar uma coisa, pois de facto acaba de focar dois pontos importantes. Um é o aspecto do desemprego não ser um problema isolado da economia. Fala-se no desemprego como sendo um problema isolado, ora efectivamente o desemprego é um problema ligado ao aspecto global da economia. Só com medidas de carácter global, que vão directamente dinamizar a actividade económica é que o problema do desemprego se pode resolver. Durante um determinado período após o 25 de Abril, efectivamente sentia-se uma certa fraqueza na tomada dessas medidas. Neste momento, e principalmente a partir do 11 de Março, tomaram-se medidas muito importantes que dão a possibilidade de fazer um efectivo controlo da economia, inclusivamente a partir das nacionalizações penso que há possibilidades de controlar a economia, porque as nacionalizações atingiram sectores básicos da indústria, que possibilitam que seja feita uma planificação socialista com vista a um efectivo controlo. Queria chamar a atenção

CTORES QUE MAIS CONTRIBUÍRAM
UMENTO DO DESEMPREGO

para o facto de que neste momento, segundo creio, se verifica a necessidade de pôr em execução concreta e imediata as medidas que foram tomadas até este momento. Ou seja, é necessário que haja uma eficiência das medidas tomadas. A verdade é que elas assumem já uma dimensão muito grande e talvez não estejam ainda a verificar-se sequer os reflexos da dimensão que essas medidas podem abranger.

«A.» — Por que motivo não foram ainda concretizadas em termos práticos todas as medidas até agora tomadas?

J. R. — A resposta a essa questão implicava uma análise à situação política e a todas as alterações que se verificaram depois do 25 de

Abr. Sem a pretensão de ser exaustivo, julgo que é necessário uma maior coordenação de esforços no sentido duma definição concreta de actuações no campo económico. É necessário definir prioridades, conjugadas com as possibilidades de que dispomos.

M. C. N. — É indispensável executar, pôr em prática, muitas medidas já promulgadas, torná-las rapidamente exequíveis. Atrasos na execução podem agravar os problemas já existentes e comprometer o processo em curso. Por outro lado, é necessário avançar decididamente no campo do planeamento global. Há que definir de forma coordenada as intervenções na economia, sem choques, prever os efeitos dessas intervenções, que poderão surgir de forma encadeada.

R. L. — Há um certo número de medidas que poderiam ser tomadas e é urgente que se tomem, não para que seja resolvido o problema no desemprego, que só poderá ser resolvido exactamente com a tal alteração de toda a estrutura económica e de todo um sistema social. No entanto estão criadas as condições para avançarmos decisivamente a caminho do socialismo e uma das medidas que nós vemos que terão de ser tomadas a curto prazo é a intensificação das relações com países socialistas, no sentido de obtermos um conhecimento cada vez maior e cada vez melhor e mais perfeito de novas tecnologias que nos permitam uma reconversão da indústria, dado que a nossa indústria estava dirigida sobretudo a sectores especulativos. Não havia desenvolvimento económico, havia apenas a miragem de uma euforia de desenvolvimento económico. Por outro lado acho que temos que procurar a prospecção de novos mercados, embora salvaguardando sempre a independência nacional.

M. C. N. — Relativamente à escalada dos despedimentos, há um ponto que tinha interesse frisar. Falou-se por exemplo em sabotagem económica. É evidente que grande parte dos despedimentos se deram em empresas que reagiram às novas condições sociais e onde foi nítida a sabotagem económica. Parece-me no entanto de salientar que sobretudo logo após o 25 de Abril, muitos despedimentos tiveram como causa imediata a fixação de salários mínimos. Isto sobretudo em sectores extremamente atrasados, com estruturas de produção ultrapassadas. É o caso dos têxteis e do vestuário. Se vemos que o sector da construção civil, portanto um sector essencialmente especulativo, originou cerca de 32% dos despedimentos até este momento, logo a seguir aparece o têxtil e o vestuário com 26%. Portanto são sectores em que de facto a fixação do salário mínimo teve repercussões imediatas face a estruturas de produção ultrapassadas e em que as empresas estavam de facto em situação crítica, muito deficitária, até pelo comportamento dos próprios empresários. Tinha-se mesmo verificado uma certa descapitalização das empresas provocada por esses empresários. Isto pareceu-me de interesse salientar, até porque antes do 25 de Abril um dos factores de equilíbrio do tal mercado, era exactamente a manutenção de salários a um nível extremamente baixo. Portanto o factor salário funcionava como um factor de equilíbrio, pois mantendo-o a níveis baixos, isso proporcionava uma taxa de acumulação que dava exactamente origem a esse desenvolvimento estável. Aliás a construção civil é um caso típico. Antes do 25 de Abril era um sector muito desfalcado em mão-de-obra devido à emigração, o único em que o aumento de salário se notou antes do 25 de Abril e verifica-se até o caso curioso da importação da mão-de-obra cabo-verdeana, exactamente para proporcionar o tal equilíbrio fictício que se verificava na altura. Portanto é natural que a fixação do salário mínimo tenha tido uma repercussão em muitas empresas e tenha de facto sido um factor importante no desencadear dos despedimentos. A par evidentemente da reacção às novas relações sociais e da sabotagem económica.

R. L. — Eu gostaria talvez de acrescentar uma coisa. Efectivamente não há dúvida que a implantação do mínimo salarial poderá ter estado na origem de muitos despedimentos, mas parece-me também que nessa altura se tentou, ao mesmo tempo que se estabeleceu o mínimo salarial, criar já uma espécie de subsídio de desemprego, ou um seguro de desemprego, não sei bem como se chamava, o que só não foi possível

→

O PROBLEMA DO DESEMPREGO EM DISCUSSÃO

←

porque estávamos em tempo spinofista e tínhamos no Governo em sectores-chave da economia, indivíduos com um ideal muito pouco progressista e que portanto contribuiram também para a sabotagem do processo. Esta precisão foi apenas no sentido de não estarmos a ver a coisa pelo prisma de que se dão despedimentos porque há um ministro progressista que lança um mínimo salarial.

J. R. — Quando se falou há bocado no papel dos Sindicatos em relação ao problema do desemprego, havia um aspecto que eu acho que é importante referir e que é o seguinte: até este momento não há elementos estatísticos para detectar concretamente o problema do desemprego. Quer dizer, não temos valores globais sobre o total do desemprego, os números que há e que a Maria do Carmo referiu, de 177 000, é uma estimativa. Os únicos elementos que havia eram resultantes das inscrições voluntárias no Serviço de Emprego. Tratava-se, portanto, de uma amostra do desemprego, dado que as pessoas não se inscreviam até pelas condições de funcionamento do próprio serviço. E para a resolução do problema do desemprego, apesar do aspecto que referimos há bocado e que está dependente portanto da situação económica global, é necessário detectarmos concretamente os sectores, as regiões que mais directamente são afectadas pelo desemprego, as suas causas, enfim todas essas condições. Nesse campo iniciámos agora um trabalho paralelo com os Sindicatos em que estes têm uma tarefa muito importante. Os Sindicatos estão directamente ligados à actividade produtiva, aos trabalhadores das empresas e vamos tentar detectar os problemas tanto a nível regional como sectorial, numa acção conjunta. Isto está dependente também da estrutura sindical e da capacidade de resposta dos Sindicatos ao assunto. Refiro mesmo que os Sindicatos agora começam a ter um papel diferente, uma acção diferente da que porventura possam ter tido até agora, tanto na batalha da produção como na dinamização da própria economia e em detectar problemas que às vezes são um bocado descurados em virtude, digamos assim, da falta de capacidade reivindicativa de determinadas zonas mais afastadas de centros urbanos ou em que a estrutura sindical não teve desenvolvimento tão grande como tem noutros. É o caso concreto do desemprego: a par de reivindicações de aumento salarial, eu penso que temos que nos virar mesmo para zonas em que há trabalhadores que estão em condições de desemprego, o que é um aspecto bastante grave, como o problema de reivindicações de aumentos salariais de pessoas que neste momento estão empregadas.

R. L. — Parece-me que à medida que nós vamos caminhando para o socialismo, o papel dos Sindicatos e os seus objectivos vão mudando também, pois os Sindicatos não podem ter o mesmo papel que tinham ontem. Antigamente tinham um papel essencialmente reivindicativo, no sentido de criar cada vez maiores dificuldades a um sistema fascista e reaccionário. Mesmo após o 25 de Abril, embora dentro de um estado pré-democrático, os grandes monopolistas, capitalistas, latifundistas ainda detinham nas suas mãos todo o poder económico. Hoje esse poderia está bastante atenuado, houve machadadas fortes em todo o sistema e agora terão de ser os Sindicatos, através de incentivos à produção, através da criação de uma estrutura própria com capacidade de resposta para controlar a economia, para controlar a produção, para tomar conta daquilo que é dos trabalhadores. Os Sindicatos terão que montar todo esse esquema de elucidação e abandonar um pouco a acção reivindicativa. Quando houver reivindicações, não deixar de as fazer, mas fazê-las sempre sob uma óptica de realismo, na medida em que tal como o doutor Jorges Rodrigues disse, há zonas, regiões em que os trabalhadores têm uma capacidade reivindicativa muito grande e que inclusivamente estão numa fase de auferirem salários bastante elevados, esquecendo-se que dentro do mesmo Sindicato, mas noutras regiões, há trabalhadores sem capacidade reivindicativa e como tal ainda nem conseguiram auferir salários mínimos. Portanto, ao exigirem para eles próprios uma melhoria de salários estão quase a esquecer que os outros camaradas ainda não conseguiram atingir essa fase. Temos que nos virar para um trabalho acima de tudo de organização e de análise económica realista, com perspectivas socialistas. Ao fim e ao cabo o socialismo é isso.

«A.» — Como o sr. Acácio Catarino chegou um pouco mais tarde, ainda não ouvimos a sua opinião sobre o assunto.

A. C. — A experiência que possuo, sobretudo a mais recente, não me permite ter uma ideia global acerca da situação do mercado de emprego e consequentemente dos seus problemas. No entanto, como trabalho num serviço de Promoção de Emprego, que tem por finalidade actuar naquelas situações em que a manutenção de postos de trabalho corre riscos, e por outro lado em que se tenta criar novos postos, há um conjunto de problemas com que deparamos dia a dia. Eu consideraria em primeiro lugar alguns problemas da construção civil, que é sem dúvida, quanto a nós, o sector que tem sentido maior crise nos últimos meses. É bastante elevado o número de trabalhadores que se nos dirigem dizendo que estão em tremendas dificuldades quanto à manutenção dos seus postos de trabalho. São diversas as causas, mas podemos resumi-las a relativamente poucas: em primeiro lugar vem o problema da falta de obras, pois para que se consigam novas obras é, em geral, necessário concorrer, e embora as empresas concorram os concursos são demorados e talvez em número insuficiente nesta altura. E então temos uma situação bastante contraditória: por um lado temos estruturas produtivas, temos até por parte dos trabalhadores uma nítida vontade de trabalhar e temos por outro lado necessidade de construir, sobretudo habitações, mas não temos possibilidade de fazer o encontro entre a capacidade produtiva e a necessidade de produzir. É de facto um problema para o qual certamente haverá várias sugestões que poderão surgir quando trocarmos impressões sobre as perspectivas a propor. Ainda no que se refere à construção civil, queria salientar o problema grave do financiamento. Em geral as empresas debatem-se com essa problema, até porque muitas delas não tinham aquele mínimo de condições para aguentarem uma crise conjuntural. Nem sequer é necessário referirmo-nos à transformação por que está passando a nossa sociedade. A simples crise conjuntural não é suportável pela grande maioria das empresas de construção civil do nosso país. É possível que se fossem concebidos esquemas de financiamento de forma a que eles próprios se inserissem nesta transformação que a sociedade portuguesa está passando a caminho do socialismo, talvez isso por um lado permitisse não digo a manutenção das empresas tal como estão, mas sim a própria transformação das empresas a partir desse mesmo financiamento.

Pensando agora da construção civil e considerando, ainda neste aspecto de financiamento, a generalidade das empresas, quanto a nós parece muito importante fazer uma distinção entre aquilo a que se chama financiamento normal das empresas e aquilo a que poderemos chamar, à falta de melhor termo, o financiamento especial para esta fase. Ora nós consideramos financiamento especial precisamente aquele que seria atribuído às empresas que estão a sofrer uma forte transformação. É a situação típica por exemplo de certas empresas industriais em que os trabalhadores entendem conveniente formar uma cooperativa. O facto é que os trabalhadores em geral passam semanas e às vezes meses em que não têm qualquer fonte de receita, embora mantenham uma certa produção. Mas essa produção muitas vezes fica àquem do que seria necessário e possível atendendo às limitações de crédito para aquisição de matérias-primas e outros fins. Ora precisamente, a criação de sistemas expeditos de financiamento, em que houvesse certamente um mínimo de garantias mas que ao mesmo tempo de alguma maneira fomentasse todas estas transformações que se tornam necessárias, permitiria que muitíssimos problemas se resolvessem com bastante pontidez. O que se passa nas empresas industriais, comerciais em geral, acontece também em grande parte na própria construção. Feito um juízo favorável acerca de determinadas obras, parece, à primeira vista, que não se justificará muito que essa obra esteja parada. Portanto, seria conveniente que fosse encontrado também um esquema expedito para estas situações típicas de transição e é claro que, depois, as próprias empresas teriam que sofrer as consequências e transformações resultantes do facto de o poder financeiro e outros se terem alterado.

J. R. — Portanto generalizando isto que o Catarino acaba de referir, o problema que efectivamente se põe é o de uma detecção dos problemas tanto a nível sectorial como regional, com uma consulta a unidades sectoriais e regionais, o que exige portanto uma definição de sectores prioritários e uma definição de políticas em relação a créditos a sectores em que haja necessidade de incentivar e de apoiar. E, em resumo, uma planificação muito simples que exige uma consulta e uma detecção dos problemas e a tomada de medidas concretas. E eu digo isto mais pelo seguinte: a forma como o problema do desemprego tem sido apresentado indica-o como um dos problemas gravíssimos que neste momento enfrentamos. A verdade é que o problema não é assim tão grave. Reportando-me à crise europeia que se atravessa neste momento e que foi uma das causas da actual situação de desemprego, os índices de desemprego no nosso país não são maiores do que os dos países da Europa mais desenvolvidos que nós. Não sei se isto é inteiramente correcto, mas penso que sim. Portanto, neste momento o problema não assume uma gravidade assim tão grande, mas pode vir a assumir a um prazo relativamente curto, se não surgirem medidas em relação a sectores que podem levar a situações de desemprego nada fáceis de resolver, pois como referimos no princípio não há capacidade de absorção das pessoas, por exemplo em relação às pessoas que entram no mercado.

AS PERSPECTIVAS

«A.» — Gostava que o Catarino me desse a sua opinião a respeito das perspectivas apontadas pelo recente Programa de Emprego.

A. C. — Em primeiro lugar salientava que a informação sobre o Programa Nacional de Emprego está mais centralizada no Ministério do Planeamento e Coordenação Económica do que aqui. No entanto, logicamente, esta Secretaria de Estado vai acompanhando os trabalhos e, fundamentalmente, já existe publicado o próprio texto do Programa Nacional de Emprego. Pois no Programa nós encontramos quatro objectivos fundamentais. Um é a redução da tendência para a eliminação de postos de trabalho, outro é a criação de novos postos de trabalho, produtivos e remuneradores, outro é a realização de acções de reconversão e formação profissionais e, finalmente, acções destinadas a amortecer a pressão da procura de emprego. Quanto a nós, o que este Programa tem de fundamental, é o seguinte: pela primeira vez os departamentos económicos assumem, com todas as suas implicações, a problemática do emprego. Portanto assumem a responsabilidade de procurar resolver os problemas do emprego. E, em segundo lugar, aliás em estreita relação com o primeiro ponto, acontece que não se vai fazer uma política de criação de postos de trabalho artificiais, que não sejam produtivos, que sejam só para entreter as pessoas. Pelo contrário, a solução dos problemas de emprego vai-se inserir na própria programação económica.

Segundo já se diz no próprio diploma, haverá órgãos centrais e órgãos regionais no âmbito do Programa. Através desses órgãos, que vão sendo criados, muitos deles colegiais, os vários serviços, os traba-

O PROBLEMA DO DESEMPREGO EM DISCUSSÃO

←

lhadores, os pequenos e médios empresários serão efectivamente chamados a dar a sua colaboração para que, no âmbito da produção, se consigam resolver, de maneira cada vez mais eficaz, os problemas de emprego que se nos deparam.

No plano mais concreto, eu gostaria de destacar dois pontos. Em primeiro lugar acontece que o Programa, tal como está anunciado e atrás referi, procurará ser um programa que vai responsabilizar perante a opinião pública os órgãos de Estado. É talvez a primeira vez que isto aparece muito claramente. Prevê-se que sejam anunciados determinados programas, determinados projectos de investimentos. Depois de anunciados, indica-se quais são as entidades responsáveis, os prazos em que deverão arrancar esses projectos, e os trabalhadores terão oportunidade de, no caso de se verificar alguma falha relativamente a esse arranque ou a outros aspectos, chamar a atenção e obrigar os responsáveis a prestar contas perante o país. Esse é efectivamente um aspecto que nos parece de grande importância.

Ainda relacionado com este, há um outro: como se compreende, não é possível neste momento lançar precisamente aqueles projectos que são os mais prioritários. Pelo contrário, é-se obrigado a lançar, dentro daqueles projectos que já estão preparados, aqueles que podem arrancar mais rapidamente. A pouco e pouco haverá a preocupação de os escalonar por uma ordem de prioridades que seja aceitável. Um outro ponto que me parece conveniente referir e isto no que diz respeito aos órgãos, é a criação das chamadas Comissões Regionais e Locais de Emprego. São exactamente os órgãos que a nível regional dinamizarão os vários serviços para que efectivamente ponham o máximo da sua actividade na solução dos problemas de emprego. Foi aliás na sequência desta decisão, segundo foi noticiado recentemente, criada no Algarve a primeira Comissão Regional de Emprego.

J. R. — A vantagem que eu vejo num Programa Nacional de Emprego no âmbito do Ministério da Planificação, é a variável de emprego ser considerada ao nível da planificação global da economia. Quando se encara a planificação e a programação económica é importante considerar-se o emprego como uma das variáveis determinantes dessa programação. Em relação ao Programa, isto só é possível com a detecção dos problemas a que nos referimos há bocado, com o estabelecimento de determinadas prioridades em relação ao desenvolvimento económico. Concretamente no Programa eu aponto três coisas: diz nos objectivos que «a prossecução do pleno emprego exige a transformação da nossa estrutura económica». Por outro lado, nas acções fala por exemplo no «lançamento de programas ou projectos de criação de novos postos de trabalho, sobre os quais não existem medidas técnica e economicamente significativas». E há outro aspecto, que é a «divulgação de um esquema geral de incentivos e apoios por escalas de prioridade a novos projectos de investimento». A concretização de aspectos como estes, portanto a divulgação de um esquema geral de incentivos de carácter fiscal, técnico, de crédito, etc., o lançamento de programas e projectos da criação de novos postos de trabalho, enfim, serão estes aspectos que, concretizados ao nível de uma planificação global, poderão levar à resolução dos problemas de desemprego.

«A.» — Por outro lado, há uma certa ligação entre o problema do emprego e a batalha da produção, não é verdade?

J. R. — Pois em relação a isso, a única coisa que se poderia acrescentar, era que portanto a resolução do problema de emprego implica uma dinamização da economia, um aumento da produtividade das empresas existentes, a manutenção das possibilidades inerentes a determinados sectores e uma orientação do desenvolvimento com base nos recursos que temos, atendendo às perspectivas políticas, resultantes do 25 de Abril, que nos deram possibilidades no campo económico que antes não tínhamos: a possibilidade de programar, de orientar um verdadeiro desenvolvimento económico e numa via diferente da que dantes tínhamos.

A. C. — Eu só queria acrescentar umas notas que estão estreitamente relacionadas com a própria experiência que nós temos aqui de contacto com os trabalhadores de empresas em crise. Há efectivamente uns tantos pontos que estão estreitamente relacionados com a batalha da produção e que a tornam mesmo indispensáveis. Um deles é o da substituição da iniciativa privada. À medida que efectivamente a iniciativa privada se foi afastando, deixando de ter qualquer capacidade de intervenção decisiva na nossa economia, sente-se uma necessidade premente, para que a batalha seja ganha, que a iniciativa pública e que a iniciativa dos trabalhadores sejam capazes não só de a substituir mas sobretudo de a transformar e de ir muito além do que tem ido, sobretudo de se adequar mais às necessidades dos trabalhadores e do povo em geral. Um outro ponto, é a questão do controlo da produção pelos próprios trabalhadores. De facto, diferentes casos revelam que sempre que este controlo não se verifica a possibilidade de resolver, quer problemas de empresas existentes quer problemas de criação de empresas com novas características, se torna muito limitada. Finalmente, o problema da ligação entre políticas de produção e políticas de rendimentos e de salários, aliás na sequência do que disse há pouco o senhor Lucas. Parece que este é um ponto que deverá cada vez ser mais frisado. Mas propositadamente referi-o em último lugar porque uma política de rendimentos e de salários ligada com a produção, só terá efectivamente sentido numa sociedade que se quer socialista na medida em que o tal controlo dos trabalhadores se processe na prática.

A. — Quais os problemas que os regressados do ultramar, especialmente os desmobilizados, provocam na questão do desemprego?

M. C. N. — Quando se falou nas causas gerais do desemprego já referimos que esses eram dois dos factores que conduziam ao ingresso de mão-de-obra activa no mercado de trabalho. É o problema dos desmobilizados e é o problema dos colonos civis que regressam. É a mão-de-obra activa a entrar no mercado de trabalho e que vem agravar o problema de desemprego que já existe no país. Por outro lado isso vem pressionar a tomada de medidas que conduzam à resolução do problema de uma forma genérica.

R. L. — Eu quero dar apenas uma opinião pessoal visto que suponho mesmo que a Intersindical ainda não tomou uma posição sobre o assunto, no entanto vejo que é um problema que terá de ser tratado mais em termos revolucionários do que em termos de emprego ou desemprego. Trata-se de pessoas que, embora muito honestas, no tempo do fascismo foram para as colónias tratar de ganhar a vida baseados num sistema de exploração. Muitos deles viveram bastante bem e hoje fugiram só com os seus bracos, não trouxeram aquilo que lá ganharam, não trouxeram as suas riquezas. Essas pessoas através das declarações que nós vimos nos jornais têm uma mentalidade bastante reaccionária, que não é aliás novidade nenhuma, não era de esperar outra coisa, simplesmente isso é apenas uma deficiência de educação, pois pessoalmente eu só compreendo que uma pessoa não seja socialista apenas por deficiência de educação. Ora se ela é deficiente sob o ponto de vista de educação há que reeducá-la. Portanto em vez de estarmos a promover campanhas de solidariedade, de dar pães, de dar café, de dar leite, dar dinheiro, dar cobertores e mais não sei quê, eu acho que devemos de promover campanhas de educação junto dessas pessoas. Dar-lhes um mínimo para a sua subsistência, mas acima de tudo educá-las e trazê-las ao socialismo.

A. — Isso sobretudo em relação aos colonos. Mas quanto aos desmobilizados?

R. L. — Pois quanto aos desmobilizados já o problema terá de ser visto de uma maneira completamente diferente. Isso é um problema que nos vai surgir e com o qual temos de contar, sem esquecer que devido à crise capitalista na Europa ocidental também nos vamos ver a braços com os nossos emigrantes. Temos de começar desde já a aumentar os tais postos de trabalho através de investimentos dos dinheiros públicos em obras não de fachada como até aqui, mas em obras produtivas sob o ponto de vista social. Há que dar ocupação a essas pessoas. Isso não pode ser resolvido num dia nem em dois, mas terá de ser resolvido e tem de ser encarado muito seriamente. Por outro lado estou convencido que a percentagem dos colonos regressados será bastante superior à dos militares.

J. R. — Voltando ainda à detecção dos problemas de emprego e ao levantamento dos problemas concretos ao nível regional e sectorial, a Secretaria de Estado do Emprego está já a desenvolver uma acção e fizemos mesmo várias reuniões com os Sindicatos das regiões, em Braga, no Porto, em Aveiro, no Algarve, em que o que pretendemos é que para já, o Serviço de Emprego que estava a funcionar completamente desligado dos Sindicatos, o que lhe dava uma actuação muito passiva, passe a trabalhar juntamente com eles. Mesmo ao nível de estruturação dos serviços vamos criar Conselhos Consultivos regionais, de que farão parte representantes do Serviço de Emprego e os Sindicatos. E ao mesmo tempo tentar institucionalizar com carácter permanente a ligação entre os Sindicatos e o Serviço de Emprego. Isto tanto ao nível regional como ao nível global, para auxiliar na detecção do problema do emprego como na definição da política e das medidas a tomar em relação ao emprego. Nas reuniões que tivemos e em que expusemos os problemas, os Sindicatos aderiram muito bem à ideia e por outro lado há uma coisa que eu considero muito importante: é que os Sindicatos levantam os problemas verdadeiros que existem na região e com muito conhecimento da realidade. Vão muito direitos às verdadeiras causas de crises de sectores, apontam inclusive soluções que me parecem muito válidas e a verdade é que às vezes ao nível de Lisboa e do Governo há um certo desfasamento em relação ao conhecimento das realidades que eles têm.

A. C. — Na sequência das observações atrás feitas quanto à criação e manutenção de postos de trabalho, algumas medidas parece urgente tomar. Entre elas, destacamos a adaptação dos esquemas e processos de financiamento e de apoio técnico às exigências de uma economia em transição para o socialismo — não corramos o risco de pretender construir o socialismo com instrumentos preparados para um sistema capitalista; o acesso dos trabalhadores ao controlo da produção e da vida das empresas; a adopção de medidas, a nível global, sectorial e empresarial, no domínio da política de rendimentos considerando nomeadamente a repartição funcional de rendimentos, o fomento do reinvestimento dos resultados dos exercícios, a redução dos rendimentos máximos (em conjugação com a política fiscal) e a elevação dos rendimentos mínimos (em conjugação com a política de segurança social), o estabelecimento de ligações aceitáveis entre os níveis de produção, produtividade e rendimentos, o congelamento de dividendos a distribuir, sobretudo nos casos em que for necessário rever os critérios de distribuição; preparar os departamentos públicos e as organizações e iniciativas de trabalhadores para substituirem e tornarem dispensável a iniciativa privada que se vai retirando da nossa economia, considerando entre tais medidas, nomeadamente, a preparação e lançamento de novos projectos de investimento (de construção, indústria, etc.), — para o que será indispensável desbloquear e facilitar o respectivo processo, inclusivamente através de gabinetes

→

←

regionalizados, de projectos sobretudo para iniciativas públicas e cooperativas ou afins — e, enfim, a adopção de medidas sectoriais e regionais nos domínios da comercialização interna e externa, das inovações tecnológicas, do apoio a empresas em dificuldade, promovendo mesmo a transformação do respectivo financiamento e estrutura de poder e propriedade, etc.

A. — Para terminar, poderíamos talvez falar na questão do subsídio de desemprego.

M. C. N. — O que se pode dizer é que é prematuro falarmos no subsídio de desemprego na medida em que ainda não possuímos um conhecimento estatístico que nos permita dizer quantas pessoas é que não estão abrangidas pelo subsídio e quantas pessoas é que eventualmente poderão ser auxiliadas pela instituição do subsídio que só começou a funcionar há um mês. De qualquer forma tudo indica que o número não vai ser muito elevado, portanto, das pessoas desempregadas nem todas vão receber o subsídio de desemprego pelo próprio conteúdo do decreto. De qualquer forma e numa perspectiva global, o subsídio de desemprego é a meu ver uma solução bastante transitória, no sentido de que não é a verdadeira resolução do problema de emprego das pessoas. Evidentemente, que se pensarmos que o problema de emprego se põe muitas vezes até ao nível de subsistência claro que o subsídio é um instrumento que pode realmente vir a auxiliar essas pessoas. Não é de forma alguma a resolução do problema de emprego. Ele passa, como já foi dito aqui, por uma dinamização económica e sobretudo pela tomada de medidas ao nível da economia em geral, portanto da criação de postos de trabalho.

R. L. — Aqui havia uma coisa a acrescentar, embora não seja propriamente a respeito do subsídio de desemprego. É um alerta apenas e que eu acho que tem interesse. Este subsídio de desemprego já existia no tempo do fascismo, embora com outro nome. Havia uma subvenção que tentava mascarar um pedaço o desemprego, dependente salvo o erro dos Comissariados de Desemprego, havia um cargo que se chamava Apontador de Obras destinado exclusivamente a indivíduos desempregados, que creio que dava mil e seiscentos ou mil e oitocentos escudos mensais. Simplesmente, a nível de província, todos esses subsídios estavam a ser atribuídos a indivíduos empregados, a maior parte deles comerciantes que eram os caciqueslocais. Isto foi detectado sobretudo agora com as novas Juntas de Freguesia, porque anualmente eles tinham que entregar um papel que as Juntas de Freguesia não tinham qualquer problema em passar, afirmando que eles estavam desempregados e não tinham outra fonte de rendimentos. Claro, este ano houve muitas Juntas de Freguesia que se recusaram a passar atestados desses mas nós sabemos que há muitas Juntas de Freguesia em mãos reaccionárias em que são os mesmos caciques que passam esses papéis. Deveria haver uma pesquisa sobre quem é que efectivamente está a receber esse dinheiro, pois calculo que sejam muitos milhares de contos que estejam a ser despendidos por esse sistema. Eu sei por exemplo de uma freguesiazita pequena do concelho de Aveiro em que só aí há doze, e desses doze dez estão nestas condições. Os comerciantes, caciques locais que auferem esse subsídio. Portanto haveria de facto que saber quem está a receber esse dinheiro e para onde é que esse dinheiro vai. Concretamente, fazê-lo reverter a favor do verdadeiro subsídio de desemprego.

Publicidade

Comunicado

TRABALHADORES AO SERVIÇO DAS INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA

Camaradas:

Conforme é do conhecimento de todos os trabalhadores ao serviço das Instituições de Previdência, encontra-se em discussão em todo o País e pela primeira vez um Ante-Projecto de Acordo Colectivo de Trabalho, que se pretende seja obra de todos os interessados.

Para que este Ante-Projecto possa ser discutido em igualdade e num clima de unidade interessa esclarecer os antecedentes e as razões do mesmo, de forma a evitar a propalação de boatos e calúnias que só poderão contribuir para atrasar o processo em curso, lançando os trabalhadores na confusão e na divisão.

COMO SURGIU O ANTE-PROJECTO?

1 — Em 14 de Outubro de 1974 apresentou-se na Federação uma delegação da «Comissão Negociadora do Caderno Reivindicativo dos Trabalhadores da Previdência» que, fazendo entrega de um «dossier» do Caderno Reivindicativo com os seus antecedentes e ainda outros elementos, solicitou que pelos Serviços Técnicos das Federações dos Sindicatos dos Empregados de Escritórios, fosse elaborado um «Ante-Projecto de Contrato Colectivo de Trabalho que posteriormente seria discutido pelas bases, e que a Comissão (Negociadora) acompanhasse a elaboração desse Ante-Projecto», conforme deliberação do Plenário de Comissões de Trabalhadores da Previdência, realizado no dia 14 de Setembro de 1974, no Porto, na Rua Alexandre Herculano, 351-1.º.

2 — Em 18 de Outubro, em reunião conjunta das Direcções das Federações Norte e Sul, ficou acordado que fosse o Gabinete Técnico da Federação Sul a elaborar aquele documento.

3 — A Federação Sul ciente da existência de problemas específicos dos Trabalhadores da Previdência solicitou ao Sindicato dos Profissionais de Escritório de Lisboa o apoio de um Grupo de Trabalho constituído por delegados sindicais da Previdência.

4 — Em 20 de Janeiro de 1975 apresentou-se na Federação Sul o Grupo de Trabalho que fora eleito em Plenário de Delegados Sindicais dos Trabalhadores das Instituições de Previdência, realizado em 17 do mesmo mês nas instalações do Sindicato dos Profissionais de Escritório, na Rua do Alecrim, 46-1.º.

5 — Dada a complexidade das estruturas profissionais existentes nos Quadros da Previdência e a diversidade de situações criadas, só em fins de Março foi possível dar por concluído o trabalho de elaboração do Ante-Projecto pedido, depois de consultar todos os Sindicatos (excepto o dos Engenheiros, cuja Direcção não foi possível contactar) que concordaram com a elaboração vertical daquele documento.

6 — Em princípios de Abril foi feita a distribuição do Ante-Projecto a todos os Sindicatos e a todas as Instituições de Previdência, para que os trabalhadores das mesmas iniciassem a análise e discussão daquele documento a fim de lhe serem feitas as críticas, sujestões e alterações que os trabalhadores entendessem mais conformes com os seus interesses.

7 — Em 28.4.75, numa reunião das Direcções dos Sindicatos de Escritório, assentou-se, em princípio, no seguinte esquema de trabalho para a discussão do Ante-Projecto:

a) Até 20.5.75 — Reuniões nas Instalações de Previdência, orientadas pelos Delegados Sindicais e, se necessário, com a presença de elementos do Grupo de Trabalho e da Direcção da Federação Sul.
b) Até 30.5.75 — Envio às Federações de todas as críticas, sugestões e alterações.
c) Até 10.6.75 — Plenário Nacional de Delegados Sindicais, para discussão, alteração e aprovação do projecto final, o qual se realizaria em Coimbra ou Leiria.

Não tendo havido a pretensão de apresentar um trabalho perfeito (o que além do mais seria absurdo...) mas tão-somente uma base comum para estudo e discussão a nível nacional, esperamos que ela propicie um debate amplo e consciente, com uma participação activa de todos os trabalhadores da Previdência, de forma a que o Projecto final, a ser discutido no Plenário Nacional de Delegados Sindicais, seja o reflexo da vontade expressa da esmagadora maioria dos interessados.

POR UMA PREVIDÊNCIA AO SERVIÇO DE TODOS OS TRABALHADORES.

UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS.

Saudações Sindicais

A Federação dos Sindicatos dos Empregados de Escritório Sul em representação dos Sindicatos de Empregados de Escritório de Lisboa, Setúbal, Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Portalegre, Santarém, Funchal, Horta, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada.

O QUE É A SOREFAME

Sessenta por cento do capital da SOREFAME (Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas, S.A.R.L.) está nacionalizada. A empresa tem algum capital estrangeiro, sob a forma de licenças adquiridas. Duas mil e oitocentas pessoas trabalham nesta fábrica, fundada em 1943. A sua actividade iniciou-se no fabrico de equipamentos hidroeléctricos e hidroagrícolas, com um capital de 360 mil escudos. Hoje o seu capital é de 250 milhões de escudos, e a sua actividade estende-se por seis ramos (divisões): 1 — equipamentos hidromecânicos de barragens; 2 — equipamentos electromecânicos para centrais hidroeléctricas e térmicas (clássicas e nucleares); 3 — equipamentos para a indústria química e petrolífera; 4 — material circulante de caminho de ferro; 5 — equipamentos «offshore» para prospecção e exploração do petróleo e 6 — construções moduladas sistema CLASP/Sorefame.

Para avaliarmos do alto grau tecnológico alcançado por esta importante unidade industrial, bastará talvez dizer que a Sorefame foi seleccionada, entre todas as empresas da Europa, pela Philips International para fabrico de plataformas petrolíferas «offshore» no mar do Norte. Presentemente, está em construção, em Beirolas, uma torre quadrangular com 47 metros de largura. Quando Portugal — em cuja plataforma continental se procede à prospecção de petróleo — empreender os trabalhos de exploração «offshore» serão plataformas de fabrico nacional que usaremos. Este facto é tanto mais de salientar, quando é certo que só em 1974 e que a empresa deu início a esse sector de actividade.

O Grupo Sorefame é constituído pelas seguintes empresas: Sorefame de Angola (sede no Lobito), Sorefame de Luanda, Barefame, Instalações Industriais (S. Paulo, Brasil), BSI, Indústrias Mecânicas, Lda. (Sorocaba, Brasil), Sorefame Inc (Nova York, E.U.A.) e as seguintes firmas licenciadas Bardella, SA Indústrias Mecânicas (S. Paulo-Brasil), Broderick Investments Limited (Transvaal, República da África do Sul).

Países para onde a Sorefame tem estado ou está a exportar: África do Sul, Angola, Argentina, Brasil, Congo-Kinshasa, Costa Rica, França, Guatemala, Índia, Irão, Iraque, Islândia, Kuwait, Malawi, Marrocos, Moçambique, México, Nicarágua, Paquistão, Sudão, Turquia, Uganda.

Referindo-nos apenas ao sector de Material Circulante, podemos revelar que a sua carteira de encomendas até 1977 deverá exceder os 1 500 000 contos, estando ainda em curso consultas para outras encomendas, que, a concretizar-se, elevarão em muito o montante apontado.

As encomendas em carteira exigem que a produção da fábrica — só neste sector considerado — triplique, durante 1975 e 1976: duma produção média de 50 veículos/ /ano passar-se-á para 150. Haverá que investir ao longo de 1975/76 cerca de 230 mil contos, parte dos quais — cerca dum terço — estão já em curso ou executados.

Entre 1975 e 1977 criar-se-ão cerca de 550 postos de trabalho. Os efectivos actuais desta secção da Sorefame são de 761 trabalhadores, passando em 1976 para 1137 e em 1977 para 1200.

Os números globais de que dispomos dizem respeito ao volume de vendas nos últimos cinco anos, que se cifrou em mais de 1 700 000 contos assim distribuídos: 600 mil contos em equipamentos hidro-emectromecânicos e industriais, 800 mil em material circulante, e 230 mil em plataformas marítimas para exploração de petróleo «offshore».

SINDICATOS BRITÂNICOS

Continuação da pág. 3

de 43 382 000 libras; as suas despesas totais foram de 38 459 000.

Base de Organização

Alguns sindicatos, como por exemplo o Sindicato Nacional dos Mineiros cobrem um vasto número de graus ou de classes de trabalhadores numa determinada indústria; outros, tais como a Associação Unitária dos Trabalhadores da Indústria da Madeira abrangem um único ofício ou profissão ou um grupo de ofícios ou de profissões, embora os seus membros possam trabalhar numa variedade de indústrias.

Em muitos sindicatos o recrutamento baseia-se numa combinação destes princípios. Faz-se por vezes uma outra distinção entre os sindicatos dos ofícios, onde o acesso está aberto a pessoas com uma determinada especialização, e os sindicatos das profissões, estruturando trabalhadores de profissões relacionadas por qualquer outro factor que não seja uma especialização comum, como por exemplo um grupo de profissões numa indústria ou em indústrias relacionadas. Essa distinção não pode, no entanto, ser feita actualmente de forma tão rígida como nos primeiros tempos, porquanto alguns dos grandes sindicatos, inicialmente limitados a operários especializados (por exemplo o Sindicato Unitário dos Trabalhadores de Engenharia e de Fundição), englobam agora trabalhadores com menos especialização. Dois dos maiores sindicatos do Reino Unido, o Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes e Indiferenciados, e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Municípios e Indiferenciados, são sindicatos gerais e agrupam trabalhadores duma larga variedade de indústrias e de profissões.

Muitos dos principais sindicatos têm delegações em toda a Grã-Bretanha e alguns têm-nas também na República da Irlanda ou noutros países estrangeiros (sobretudo nos países da Comunidade Britânica). Outros sindicatos limitam as suas actividades à Grã-Bretanha ou à Inglaterra e País de Gales, Escócia ou Irlanda do Norte. Grande parte dos sindicatos pequenos encontram-se ainda organizados numa base local ou regional.

As Mulheres nos Sindicatos

Dos 9 967 000 sindicalizados no final de 1967, 2 246 000 eram mulheres. De acordo com a tendência do trabalho feminino, as mulheres sindicalizadas são hoje distribuídas com mais uniformidade entre diferentes indústrias e ocupações do que o eram antes da guerra, quando cerca de metade delas se encontravam nos sectores têxtil e do ensino.

Federações de Sindicatos

Em várias indústrias têm-se formado federações de sindicatos com vista à negociação colectiva à escala de toda a indústria e para outros fins específicos. A proporção de sindicatos filiados nestas federações é grande, e muitos sindicatos encontram-se filiados em mais duma federação.

As federações variam em estrutura e função, e na extensão dos seus poderes delegados. Além disso, existem muitas comissões associadas de sindicatos em várias indústrias, de forma que é agora possível, em muitas indústrias, um ou dois organismos representarem todos os trabalhadores, ou a maioria deles em negociações de carácter nacional.

Congresso de Sindicatos (TUC)

Na Grã-Bretanha o órgão central nacional do movimento sindical é o Congresso dos Sindicatos, com a sigla TUC (Trades Union Congress), que celebrou o seu centenário em 1968. A maioria dos sindicatos, independentemente do tamanho e importância, filiam-se no TUC; as principais excepções são o Sindicato Nacional de Professores (NUT) e certas associações de pessoal do Funcionalismo Público. Os objectivos do TUC são fomentar os interesses das organizações suas filiadas e melhorar as condições económicas e sociais dos trabalhadores. Entre os seus filiados contam-se 160 organizações, das quais cerca de uma dúzia são federações de 150 sindicatos diferentes; aproximadamente 350 sindicatos no total estão filiados directa ou indirectamente. Estes representam cerca de 10 milhões de trabalhadores. O TUC ocupa-se de todos os problemas de ordem geral que dizem respeito aos sindicatos, a nível nacional e internacional, e dá assistência em questões relacionadas com determinadas actividades comerciais ou indústrias a pedido do sindicato abrangido.

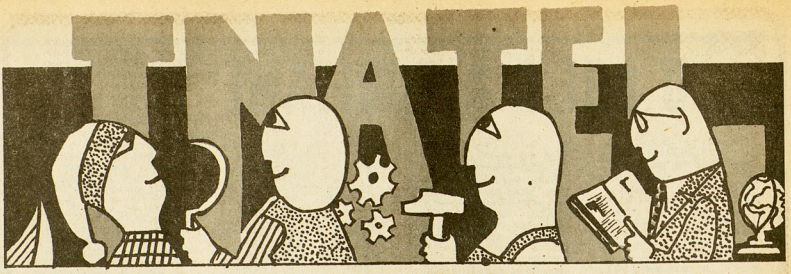
O TUC não tem delegações regionais, mas criou uma organização especial para cobrir o país — através de 13 Comissões Consultivas Regionais, compostas por representantes de diferentes sindicatos, que são funcionários regulares eleitos anualmente numa reunião de todos os dirigentes sindicais regulares da região; e também através de conselhos locais das actividades comerciais. Tem também oito funcionários regionais para os assuntos educacionais.

O congresso de delegados, que constitui propriamente o TUC, reune-se todos os anos na primeira semana de Setembro para discussão de assuntos de interesse geral dos sindicalizados e dos trabalhadores em geral. Elege anualmente um Conselho Geral que o represente durante as restantes 51 semanas do ano. O Conselho Geral é responsável pela execução das decisões do congresso, pela observação dos desenvolvimentos económicos e sociais, e pelos serviços educacionais e de informação. São-lhe também concedidos poderes em determinadas circunstâncias para actuar como intermediário em litígios intersindicais.

Assistem ao congresso anual os delegados dos sindicatos filmados, que podem ser trabalhadores do respectivo ramo de actividade ou funcionários permanentes na sua organização sindical. Os objectivos principais do congresso são «fomentar os interesses das organizações suas filiadas e melhorar as condições económicas e sociais dos trabalhadores». mas esses objectivos são interpretados como incluindo a análise dos principais problemas da política nacional na medida em que digam respeito a todo o movimento sindical.

A composição e o número de votos de cada delegação são proporcionais ao número de sócios do sindicato que ela representa. Há um delegado para cada 5000 sócios (ou sua fracção) e um voto para cada 1000 sócios (ou sua fracção). A maioria das decisões do TUC são tomadas por votação verbal ou por levantamento de braços, mas pode ser exigida uma votação por boletins de voto que dê a cada sindicato a medida dos seu real poder de voto, e que é utilizado: para decidir problemas críticos.

O relatório que o Conselho Geral apresenta no congresso anual trata detalhadamente das actividades deste durante o ano anterior e do trabalho das suas várias comissões. O relatorio é apreciado na especialidade no congresso e as moções dos sindicatos filiados são consideradas em relação com as respectivas secções do relatório.

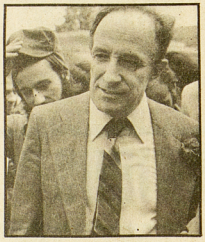


A SOREFAME E A BATALHA DA PRODUÇÃO

«O triunfo da Revolução Portuguesa depende, decisivamente, do triunfo no campo económico, do relançamento, em moldes socialistas, de uma economia empobrecida pelas distorções do fascismo, pela dependência do capitalismo internacional em crise aguda, pelos obstáculos semeados constantemente no caminho que até agora percorremos.

«Há que reafirmar: o triunfo da Revolução exige uma batalha travada a todos os níveis, sem descanço nem hesitações.

«São as massas trabalhadoras, em união estreita com o M. F. A., que determinarão o futuro da nossa Pátria, porque é da adesão dessas massas aos grandes objectivos nacionais que dependem os resultados da nossa batalha.»



Afirmações do Primeiro-Ministro, Brigadeiro Vasco Gonçalves, a quando da sua visita à Sorefame, no passado dia 17, distinguindo assim os 2800 trabalhadores desta empresa, pelo seu contributo, pelo seu esforço, no sentido de levarmos a bom termo esta grande batalha, a da produção.

Estiveram presentes, também, membros do Conselho Superior da Revolução, o eng.º João Cravinho, ministro da Indústria, o dr. Carlos Carvalhas, secretário de Estado do Trabalho, e o dr. Sabino Guedes Lebre, do INATEL, entre outros.

Importante é, e daí o salientarmos algumas palavras em exclusivo proferidas pelo Brigadeiro Vasco Gonçalves ao nosso representante, Monteiro de Barros.

«É sem dúvida, um grande exemplo, o dos trabalhadores da Sorefame, um exemplo a seguir por todos os trabalhadores portugueses. É um modelo que, com certeza, será erguido por muitos outros trabalhadores:

«Sinto-me plenamente identificado com estes trabalhadores. Sou também um trabalhador, um trabalhador como eles, e tenho orgulho nisso. Sei que estes homens, estas mulheres, se sentem também muito orgulhosos, com o seu esforço, com o seu trabalho, contribuindo assim para o avanço da Revolução.

Estes homens, estas mulheres, constituem um grande exemplo, para nós, para mim, para todos os trabalhadores portugueses».

Sendo-lhe pedido, em seguida uma saudação para todos os trabalhadores portugueses, Vasco Gonçalves disse: **«O que é preciso, é que vós, trabalhadores, vos mantenhais unidos, que trabalheis unidos, que unais os vossos esforços, para levarmos a bom termo a nossa Revolução.»**

De salientar, também, algumas palavras proferidas pelo representante do INATEL, dr. Sabino Guedes Lebre, que aí se deslocou a entregar, simbolicamente, dez títulos de férias nos centros do INATEL aos trabalhadores mais distinguidos da Sorefame. Diz Guedes Lebre: **«A batalha da produção deve pôr-se ao nível da consciencialização política. E esta não é susceptível de prémios, antes, constata-se. E é como resultado dessa consciência política ao nível colectivo que tão brilhantes resultados têm sido já alcançados por esta unidade fabril. Para a Sorefame não foi necessário esperar pelo «tiro de largada» para que a batalha fosse desencadeada. É como sinal do seu apreço pelos resultados obtidos pelos trabalhadores da Sorefame que o INATEL (ex-FNAT) — organismo em fase de reconversão e que se pretende totalmente dos trabalhadores se associa a esta jornada de luta.»**

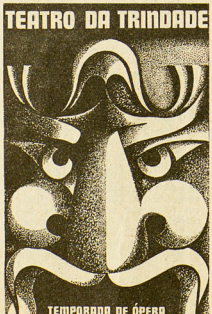
A CULTURA É UMA SÓ

A Cultura é uma só: a que o povo cria, recria e entende. Dividir a Cultura em Alta Cultura e Cultura Popular não é mais do que transportar para o domínio do Pensamento a divisão de classes. E dividir as classes é uma estratégia velha e relha da Reacção para dividir e melhor explorar os trabalhadores.

As manifestações de Arte serviram facilmente este conceito reaccionário. E então vai de dividir as manifestações artísticas: cinema para todos, teatro para alguns e ópera e ballet para os eleitos.

É certo que a F. N. A. T. buscou em certa medida popularizar a Ópera. Mas só em certa medida, porquanto a popularização de uma Arte considerada elitista pela oligarquia dominante, jamais poderia atingir as verdadeiras camadas populares.

A Comissão Administrativa do INATEL está consciente de que não pode em tão pouco tempo resolver um problema tão complexo. Por outro lado isto de Cultura não é assunto de um só Organismo, sobretudo quando a via escolhida é, felizmente, a do Socialismo. Mas uma coisa é desejá-lo e outra construí-lo.

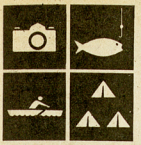


E porque estamos numa fase de construção de uma Democracia rumo ao Socialismo é que a Comissão Administrativa do INATEL ensaiou este ano uma forma de apresentar a Ópera aos trabalhadores: menos espavento mas maior mobilidade e portanto maior gama de públicos.

No entanto buscou-se não afectar a qualidade. Nem os integrantes da Companhia nem esta Comissão Administrativa estariam na disposição de vender «gato por lebre».

«A qualidade é o respeito pelo «Povo», disse-o Ernesto Che Guevara, e todos os que colaboram na temporada de Ópera fazem suas estas palavras.

C. A.



CULTURA E TEMPOS LIVRES

Vamos ler

A SUPERIORIDADE MORAL DOS COMUNISTAS, de Álvaro Cunhal — Edições «Avante!»

Artigo publicado no n.º 1 da revista **Problemas da Paz e do Socialismo**, em Janeiro de 1974.

«A moral dos comunistas tem a sua base objectiva nas condições de trabalho e de vida do proletariado, no processo da sua luta contra o capital e, desde a vitória da revolução socialista, na nova sociedade libertada da exploração. Tem, como principal factor subjectivo, o papel educativo desempenhado pela vanguarda revolucionária guiada pelo marxismo-leninismo.»

A obra de Soeiro Pereira Gomes foi uma das mais silenciadas durante o regime fascista, que certamente considerou altamente perigosa a sua influência como escritor, e a verdade é que em tudo o que o autor escreveu está bem patente o empenhamento na luta a que dedicou a vida.

Para Soeiro Pereira Gomes escrever foi de facto uma forma de lutar contra as injustiças e contradições sociais, contra a exploração do homem pelo homem, num combate abnegado e que dedicou a sua actividade de militante político.

As Edições «Avante!» acabam de publicar 3 volumes com a obra de Soeiro Pereira Gomes, a saber:

— **REFUGIO PERDIDO,** que inclui os «Contos Vermelhos», «Outros Contos», várias «Crónicas», uma pequena entrevista feita com o autor e ainda uma «Última Carta».

«A obra de Soeiro Pereira Gomes nasceu do seu empenhamento na luta ao lado dos trabalhadores, de todos os explorados. Nasceu na sua militância no partido, ao qual consagrou por completo a vida. A beleza dessa obra, o seu rigor, a sua força mobilizadora que convidam à solidariedade e à luta os que a lêem, são fruto, em grande parte, de tal empenhamento e tal militância. Por isso é uma obra de liberdade e libertadora», diz Augusto Costa Dias no Prefácio.

— **ESTEIROS,** volume que Soeiro Pereira Gomes dedicou aos «filhos dos homens que nunca foram meninos», as crianças marginalizadas às quais foi negado o direito à própria infância.

— **ENGRENAGEM,** que fala da evolução da consciência social dentro de determinadas condições de trabalho e que inclui «Camponeses de terras sem horizontes», «O forno dominava tudo» e «Faltou o pão na indústria». Trata-se talvez da sua obra mais revolucionária e que ele dedicou «aos trabalhadores sem trabalho — rodas paradas de uma engrenagem caduca».

Cinema

Devido à data de saída do nosso jornal, já estará quase no fim a Semana de Clássicos do Cinema Soviético, que se realiza no Teatro da Trindade de 24 a 30 de Maio, às 15,30 e às 21.30. Em todo o caso ainda poderá assistir a três desses espectáculos: 4.ª feira 28, «A minha infância», de Marc Donskof, 5.ª feira 29 «O Quarteirão de Viborg», de Kozintsev e Trauberg e finalmente na 6.ª feira 30 «As minhas Universidades», de Marc Donskof. É uma oportunidade que não deve perder.

Outros filmes a ver: **A Coragem do Povo**, no Universal, **Woodstock**, no Caleidoscópio, **Fritz, O Gato**, no Londres, **Joe Hill**, no Cinebolso e **Artigo 22**, no Apolo 70.

Entretanto o Satélite estreou **Sopro no Coração** (Souffle au Coeur), um filme de Louis Malle que mesmo em França provocou grande escândalo, pois o tema gira à volta de um caso de incesto. Aconselhamos ainda **Serpico**, de Sidney Lumet, no Berna, além de (com muitas reservas) **O Pecado Venial**, no Tivoli e **Dorothéa**, no 444.

Mas não aconselhamos com certeza os **Caminhos do Prazer**, em exibição no Estúdio.

Teatro

Seara de Vento, de Manuel da Fonseca, no Maria Matos, continua a ser o único espectáculo de teatro que neste momento nos parece de destacar, mas chamamos também a vossa atenção para os «Cantares e Danças Folclóricas» da Bulgária, que ainda poderão ver, no Coliseu, em última representação na 4.ª feira dia 28.

TV

Exceptuando um ou outro programa de maior impacte e algumas das séries agora vindas de países até aqui tabu para o povo português, a programação da nossa TV parece ter caído numa modorra, senão mesmo numa apatia contagiosamente sonolenta. Por outro lado, desapareceram rubricas anunciadas como habituais e que deixam de ser exibidas sem que o espectador saiba porquê.

A que se deve, por exemplo, a ausência já um tanto prolongada de António Vitorino de Almeida?

A que se deve também a suspensão (?) do programa «Cancioneiro», a cargo de Fernanda Lapa e Sinde Filipe? Sabemos que estão gravados, desde Novembro de 74, poemas de Fiama e Daniel Filipe, destinados, obviamente, a emissões dedicadas a estes dois poetas e sabemos também que em Fevereiro de 75 os responsáveis pelo «Cancioneiro» apresentaram uma proposta muito concreta à Radiotelevisão, com vista a que o programa pudesse continuar. A que se deve o silêncio?

4.ª Feira 28 — Uma rubrica a destacar na programação desta noite: **Há só uma terra**, apresentado por Luís Filipe Costa. Os adeptos de futebol têm no 1.º Programa, às 20.05 a transmissão em directo, via Eurovisão, da final da Taça dos Clubes Campeões Europeus, que se realiza em Paris no Parques dos Príncipes.

5.ª Feira 29 — Às 13,45 no 1.º canal e às 20 no 2.º Canal, **Problemas de um pai**, uma série inglesa «para fazer rir». Às 22.05 mais um episódio da série **Os Camponeses**, no 1.º Canal e às 21.45, **Impacto**, no 2.º Canal.

6.ª Feira 30—No 1.º Canal: **Perspectiva**, às 19,30, um programa de José Eliseu sobre as artes plásticas, **Afinal como é?** às 21, com o Dr. Pitacas Antunes na sua tarefa de defesa do consumidor **e Os Inquéritos do Comissário Maigret**, baseado em novelas de Georges Simenon e com Jean Richard no protagonista.

Sábado 31 — Os Malucos do Circo, uma série inglesa totalmente aluciante, às 13,45 no 1.º Canal e às 20 no 2.º Canal. **A História é feita pelo povo**, às 19 h. no 1.º Canal, e, também no 1.º Canal, em noite de cinema, **Duas semanas noutra cidade**, um filme de Vincent Minelli, com Kirk Douglas, Eward G. Robinson, Cyd Charisse e Claire Trevor.

F. Xavier Roberto
Luís de Sousa

PRONTUÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA — 6.ª edição

Segundo a Nova Nomenclatura Gramatical e o Decreto-Lei n.º 32 de 6 de Fevereiro de 1973

editorial O SÉCULO

SÉRGIO RIBEIRO

SOBRE O COMUNISMO

Preço: 40$00

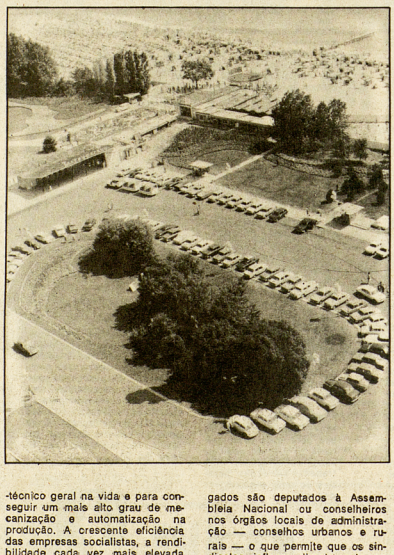
MORÃES editores

«ALAVANCA»

É TRANSPORTADO PARA TODO O PAÍS NOS COMBOIOS DA C. P.

EXEMPLO DO PAPEL DOS SINDICATOS NUMA SOCIEDADE SOCIALISTA

Setenta anos de existência serviram para que os sindicatos búlgaros acumulassem uma rica tradição de luta revolucionária. Surgiram e desenvolveram-se sob a imediata influência política do Partido Comunista Búlgaro. Actualmente os sindicatos búlgaros contam com 2 milhões e 800 mil associados, agrupados nos sindicatos por ramos de actividade. A tarefa fundamental que se colocou aos sindicatos desde o momento da sua criação foi a defesa e a edificação da sociedade socialista. Hoje, nas condições do regime socialista triunfante no país, regime cujo 30.º aniversário será comemorado em 9 de Setembro, os sindicatos têm um papel de extrema importância no progresso social. A fim de compreender bem o papel dos sindicatos e bem assim o sentido e conteúdo da sua actividade, é necessário tomar em consideração determinadas circunstâncias. Em primeiro lugar, o facto de, num país socialista como a Bulgária, a propriedade privada dos meios de produção ter desaparecido. As empresas e organizações económicas, bancos, instituições de seguros acham-se nas mãos dos trabalhadores. Foi liquidada a exploração do homem pelo homem. Por esta razão, os sindicatos servem de baluarte principal do poder, factor decisivo na vida política, económica, cultural, etc., do país e poderosa força criadora do socialismo.



Planos económicos

Os sindicatos participam no estabelecimento dos planos socio-económicos de perspectiva e nos habituais, bem como nos prognósticos económicos do país. A sua opinião e recomendações revestem-se de importância decisiva. Quando os planos económicos se convertem em lei, os sindicatos contribuem activamente na sua realização, mobilizando para isso os esforços dos membros sindicais para, desse modo, obterem o cumprimento e o sobrecumprimento das tarefas assinaladas. Para isso, efectua-se um grande labor explicativo, organizando-se, além disso, a emulação laboral entre os colectivos na esfera da produção material. A emulação é um método e um meio socialista utilizado pelos sindicatos para influenciarem o desenvolvimento da economia e das forças produtivas e para aperfeiçoarem as relações de produção, bem como o espírito socialista na educação dos trabalhadores. Objectivos que constituem o centro de atenção dos sindicatos, dado que, no socialismo, os interesses vitais de todos os cidadãos se acham indestrutivelmente vinculados à preocupação pelo aumento constante da produtividade do trabalho social, o progresso científico-técnico geral na vida e para conseguir um mais alto grau de mecanização e automatização na produção. A crescente eficiência das empresas socialistas, a rendibilidade cada vez mais elevada da produção são as premissas que garantem um rápido e constante aumento do rendimento nacional, facto que conduz à constante elevação do nível de vida.

Os sindicatos búlgaros desempenham um importante papel na gestão do país. Participam no estabelecimento da linha da política do Estado, na planificação socio-económica, na solução de todos os problemas do trabalho e da vida, na regulamentação do salário laboral e preços, e na distribuição e utilização de fundos sociais no estabelecimento do controlo social, etc. Esta participação dos sindicatos transcorre numa atmosfera de propostas concretas e de crítica positiva. Os sindicatos gozam deste direito de iniciativa legislativa e podem solicitar a comparência, ante o Conselho Central dos Sindicatos, de ministros e outros dirigentes de organismos administrativos para responderem a questões que afectem os interesses dos trabalhadores. Grande número de funcionários sindicais operários e empregados são deputados à Assembleia Nacional ou conselheiros nos órgãos locais de administração — conselhos urbanos e rurais — o que permite que os sindicatos influam directamente no estabelecimento da linha política do Estado e na sua realização concreta.

Defesa dos Interesses colectivos

Uma das funções principais dos sindicatos é a de defender os interesses colectivos e individuais dos trabalhadores. Os sindicatos, como defensores destes interesses, participam igualmente na elaboração dos actos normativos e na solução dos problemas fundamentais do trabalho, vida, descanso e seguro social dos trabalhadores e subscrevem também em seu nome os convénios colectivos de trabalho. Os sindicatos assumem ainda o controlo total da protecção do trabalho, a justa aplicação das leis na esfera da regulamentação, da remuneração laboral e na dos serviços sociais e comunais. Os sindicatos assumem de igual modo a responsabilidade sobre os seguros de todos os trabalhadores. Dedicam especial atenção à melhoria constante das condições de trabalho, nível de vida dos operários e empregados, desenvolvimento da cultura física de massas e desporto nas empresas e instituições. Também é muito importante a sua contribuição para o ensino e qualificação profissional dos trabalhadores. Para esse fim, organizam-se escolas e cursos especiais, onde são transmitidos conhecimentos políticos, económicos, etc. Em poucas palavras: pode dizer-se que toda a actividade dos sindicatos está orientada para a melhoria da vida e para o cumprimento das regras que salvaguardam os interesses legítimos dos trabalhadores.

Uma nova etapa do desenvolvimento

A Bulgária está actualmente a entrar numa nova etapa do seu desenvolvimento: a da edificação da sociedade socialista desenvolvida. A tendência principal na actividade dos sindicatos consiste em contribuir o mais activamente possível para a realização desse objectivo. A palavra de ordem lançada pelo Partido Comunista Búlgaro e constante no programa para a edificação da sociedade socialista desenvolvida é: «tudo em louvor do Homem, tudo para bem do Homem». Os sindicatos búlgaros propuseram-se levar à prática tarefas concretas para cumprir a referida palavra de ordem. Embora o programa para a edificação da sociedade socialista desenvolvida tenha sido proclamado há pouco tempo, muitos dos seus pontos estão já a ser levados à prática. Para isso, foram adoptadas uma série de novas medidas de natureza económica. A Comissão Política do P.C. Búlgaro emitiu um documento de extraordinária importância: a decisão sobre o papel e os privilégios da mulher na sociedade socialista desenvolvida. Passa-se gradualmente à semana de cinco dias de trabalho. Também aumentaram as pensões mínimas e os salários de uma série de categorias de trabalhadores, facto que tem sido sempre acompanhado da diminuição consecutiva dos preços de alguns artigos. Também se prevê a adopção de medidas especiais para a ampliação da construção de alojamentos, creches e jardins de infância, para o estabelecimento de uma nova lei sobre a maternidade, a propriedade, a protecção da saúde pública, etc., tudo medidas de carácter progressista. Medidas essas, sem dúvida, que são o resultados dos esforços realizados pelos sindicatos búlgaros para melhorar incesantemente a situação material e cultural dos trabalhadores.

MAIO 75

TRABALHADORES DO COMÉRCIO

BOLETIM DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

EDITORIAL

1. SOBRE AS NACIONALIZAÇÕES

A política de nacionalizações levada a cabo após o 11 de Março pelo Conselho da Revolução, que deu lugar a grande número de intervenções do Estado no sentido do controlo da banca e sectores básicos da economia, tem levantado grande polémica entre os trabalhadores sobre a tónica «Socialismo-Capitalismo de Estado».

De facto com as nacionalizações os trabalhadores sentem cada vez mais que a economia já não lhes é estranha, intervindo no controlo da produção e na redistribuição nessas empresas, cada vez mais vêm verificando que da sua participação no controlo das grandes empresas só a grande maioria da população, em especial as classes mais desfavorecidas, terão a ganhar.

No entanto tem vindo a mistificar-se a ideia de que a intervenção do Estado dá origem a um novo tipo de «capitalismo», desta vez o de «Estado», onde os trabalhadores se veriam arredados do processo, sem que pudessem com a sua actividade criadora contribuir para o seu avanço. Há que esclarecer algumas questões importantes. A primeira é que, neste momento nos encontramos numa sociedade de transição para o socialismo, onde persistem formas de organização capitalista e socialista. De facto, se antes do 25 de Abril existia uma aliança entre o Estado e o grande capital financeiro («capitalismo monopolista de Estado»), que assegurava o domínio da economia aos grandes monopólios, agora com esta nova situação transitória de «capitalismo de Estado», estamos no melhor caminho para o socialismo, pois este «capitalismo de Estado» é a primeira fase de ingresso numa nova sociedade, onde o controlo da produção pelos trabalhadores, e a política de redistribuição por eles definida é já um facto. Quem combate o «capitalismo de Estado», combate o socialismo. Senão vejamos! Quem tem a perder com a nacionalização da banca, senão os banqueiros? Quem tem substituído as administrações lacaias do grande capital financeiro, senão comissões administrativas da confiança dos trabalhadores? Quem é que controla as despesas e os investimentos nas empresas nacionalizadas, senão os trabalhadores? (caso do Pão de Açúcar, onde os ordenados de quarenta e trinta contos foram di-

(Continua na pág. VIII)

Representantes dos trabalhadores de Angola e da Guiné-Bissau no nosso Sindicato

Delegados da União Nacional dos trabalhadores de Angola e da União Nacional dos trabalhadores de Guiné-Bissau visitaram o nosso sindicato onde trocaram impressões com a Comissão Directiva. Desse encontro, que decorreu sob o signo da amizade e solidariedade, apresentamos algumas imagens e publicaremos no próximo número uma detalhada reportgem sobre este importante passo no estreitamento de relações entre os trabalhaadores portugueses e os trabalhadores das ex-colónias

MOÇÃO

Delegados sindicais do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, reunidos em assembleia no dia 19 de Maio, repudiam as manobras da reacção em Angola, tendentes a instaurar o terror e a guerra civil de forma a por em causa o processo de descolonização. Conscientes da importância que o êxito da descolonização tem para o avanço da revolução em Portugal, os delegados sindicais saúdam o POVO ANGOLANO dirigido pela sua organização de vanguarda, o MPLA, a única força que luta consequentemente contra a opressão e o imperialismo.

CONTROLO DA DISTRIBUIÇÃO

A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO NA BATALHA DA PRODUÇÃO

Importante mesa-redonda (nas págs. centrais) com a participação das Comissões de Trabalhadores dos Supermercados Pão de Açúcar, A. C. Santos, ex-Nutripol e dirigentes sindicais

CASA PINHEIROS

I SESSÃO DE DINAMIZAÇÃO SINDICAL

Por vezes decidem-se iniciativas, mas elas morrem no papel; outras vezes, e felizmente quase sempre no nosso Sindicato, tem-se a preocupação de as concretizar, tendo em conta que é necessário prepará-las cuidadosamente.

É o que está a acontecer em relação às sessões de dinamização sindical nas empresas, que estão a despertar o maior interesse por parte dos trabalhadores. As primeiras sessões realizadas na Casa Pinheiros e nos Estabelecimentos Grandela reuniram, no conjunto, cerca de 500 trabalhadores que participaram vivamente no debate sobre temas da maior importância: verticalização, actividade sindical, nacionalizações, co-gestão e autogestão.

Apresentamos no nosso Boletim alguns apontamentos sobre a sessão na Casa Pinheiros.

PORQUÊ ESTA INICIATIVA?

«Vocês vão estranhar por desta vez não estar só o Higino Santos convosco» — começou por dizer o membro da Comissão Directiva — «é caso para vocês perguntarem porque estamos aqui. Nós constatámos que, independentemente de os sindicatos serem a casa dos trabalhadores, era necessário ir para as empresas, esclarecer os trabalhadores sobre diversos pontos, isto independentemente da acção sindical directa que fazemos quando há lutas nas empresas. Era, pois, necessária uma acção diferente daquela que vocês se habituaram já duas vezes, pelo menos que tenha conhecimento. Queremos, pois, fazer o enquadramento político do momento, debater o processo revolucionário em curso e dar a perspectiva necessária à compreensão das grandes tarefas que nos cabem. Temos de estar esclarecidos para onde vamos, como vamos e aonde vamos.»

Após as palavras de introdução do Higino Santos, sucederam-se quatro intervenções abordando os temas acima referidos. Os trabalhadores presentes, que enchiam literalmente a sala de reuniões da Casa Pinheiros, tinham anteriormente lido os textos de apoio distribuídos profusamente. Não admira, pois, que os assuntos focados despertassem ainda mais interesse, já que não eram «novos». A comissão sindical da empresa fizera também uma larga convocação, através da entrega de tarjetas anunciando a sessão.

UMA FORMA DE NOS DIVIDIREM

«Durante o fascismo havia mais de 400 sindicatos, por profissões», afirmou Rodrigues, da Comissão Directiva. «Por que razão os caixeiros tinham um sindicato, os electricistas outro, e assim por diante...? Há exemplos concretos neste País de empresas que tinham trabalhadores pertencentes à 72 sindicatos! Eram 72 contratos colectivos diferentes, 72 situações diferentes, que dividiam os trabalhadores artificialmente. Na luta por melhores condições de trabalho tornava-se mais difícil os trabalhadores, cujos interesses são sempre comuns, apresentarem uma acção unida e coesa.

«Agora, derrubado o fascismo, é absolutamente necessário, amigos, que não tenhamos em cada empresa 72 sindicatos. É necessário que em cada empresa haja um único sindicato. Pois é evidente, camaradas, que, para isso ser possível, foi necessária uma grande movimentação em torno de uma lei que consagrasse os princípios fundamentais como a unicidade e a verticalização, dando prioridade aos sindicatos por ramo de actividade. Em cada empresa um único sindicato, e cada empresa, dada a especialidade do seu trabalho, terá um único sindicato por ramo de actividade.

«Neste momento, com a reestruturação sindical, será possível existirem apenas 30 sindicatos, quando muito, o que irá, sem dúvida, fortalecer a acção sindical. Temos, agora, de tornar efectiva a verticalização, o que não é possível do dia para a noite.

«Portanto, as vantagens fundamentais da verticalização condensam-se na possibilidade de os trabalhadores de uma única empresa estarem organizados no mesmo sindicato, estando, assim, em comunhão de interesses na empresa e no ramo de actividade. É fundamental que os trabalhadores tomem nas suas mãos estes assuntos, discutindo-os exaustivamente, e concretizando a medida já consagrada na lei.»

DELEGADOS SINDICAIS ACTIVOS E INTERVENIENTES

José Manuel Reis, colaborador da Comissão Directiva e delegado sindical, começou por dizer: «A actividade sindical passa por sabermos o que é um sindicato, para que serve um sindicato.»

«Um sindicato só é verdadeiramente forte se conseguir reunir, dentro de si, duas forças fundamentais: a unidade e a organização. Estas duas forças são essenciais e complementares. Um sindicato pode ter muitos sócios, mas nunca será forte caso os trabalhadores não estejam unidos em torno de objectivos comuns. Os trabalhadores são todos explorados, e, por isso, não se pode admitir, seja a que pretexto for, que haja divisões entre os trabalhadores.

«Mas não basta a unidade, ou, por outra, a unidade nunca surge solidamente, caso não haja também *organização*, que dê aos trabalhadores consciência da sua força. E nós vemos que quanto mais organizada está a actividade sindical mais força têm os trabalhadores.

«Os delegados sindicais constituem elemento fundamental de dinamização na empresa.

«Elo de ligação entre o sindicato e os trabalhadores, os delegados sindicais devem ser os mais capazes de entre os trabalhadores, devem ser eleitos cuidadosamente, de forma a não nos deixarmos atingir pelas setas venenosas que o capital constantemente nos atira.»

O camarada Reis continuou a sua intervenção, afirmando que «não basta eleger delegados sindicais. É necessário convencermo-nos de uma vez para sempre, que não são as vontades individuais, por mais bem intencionadas que elas possam ser, que conseguem resolver todos os problemas!»

«Em colaboração íntima com as direcções sindicais, os delegados devem colocar-se na vanguarda da luta dos trabalhadores na empresa, esclarecendo os colegas da necessidade da acção conjunta e unida. Não se devem, pois, limitar a um papel de transmissor, um papel passivo. Têm, pelo contrário, de ser activos e intervenientes. Não devem recear cometer erros, pois só quem nada faz não os comete...

«As comissões intersindicais são compostas por delegados de diversos sindicatos, e são muito importantes para a coordenação de sectores, enquanto a verticalização não estiver concluída.

QUE AS EMPRESAS FOREM VERTICALIZADAS.

«E o que são as comissões de trabalhadores?

«Há que dizer que elas desempenharam, antes do 25 de Abril, e no período subsequente em que os sindicatos não tinham estruturas capazes de as enquadrar, uma função extremamente importante na mobilização dos trabalhadores. Durante o fascismo, porque eram uma forma de ultrapassar os espartilhos da legalidade fascista. Depois do 25 de Abril, porque corresponderam à necessidade sentida pelos trabalhadores de se organizarem.

«Todavia, no momento actual — prosseguiu J. M. Reis — há que centrar todos os nossos esforços na criação de comissões intersindicais e sindicais — onde tal se torne possível — de forma a permitir um melhor enquadramento da actividade sindical dos trabalhadores.

«Com efeito, há que ter em conta que as empresas não estão isoladas uma das outras, do mesmo modo que as suas lutas devem ser encaradas numa perspectiva de conjunto, e nunca isoladamente. Ora, essa perspectiva, bem como o acompanhamento necessário, só poderá ser plenamente efectuado através do sindicato, que verifica a democraticidade da constituição das comissões sindicais, aliando-as na dinamização das lutas dos trabalhadores. Essas as razões pelas quais as comissões de trabalhadores acabarão, pouco a pouco, por transformar-se em comissões intersindicais e sindicais...»

«VOCÊS SABEM QUASE TANTO COMO EU...»

«Amigos, vou falar-vos sobre nacionalizações, mas aviso já que não sou economista», disse Higino Santos. «Aliás — continuou — os trabalhadores, vocês, sabem quase tanto como eu, embora, por vezes, não consigam sistematizar as ideias...»

«O assunto de que vos vou falar é tanto mais importante pelo facto de estarmos a caminhar para uma sociedade socialista, e uma condição fundamental para a construção do socialismo é a propriedade colectiva dos meios de produção, que passam dos capitalistas para todo o povo. Por isso mesmo, amigos, este tema — nacionalizações — tem, justamente, preocupado todos os trabalhadores.

«É natural, amigos, que haja muita confusão ainda. Nós, de um dia para o outro, estamos a viver num mundo diferente. Durante tantos anos, fomos impedidos de pensar, ou, por outra, havia uma grande dificuldade em trocar ideias, pois a Polícia, a PIDE, imediatamente prendia os «subversivos».

«Infelizmente, ainda há mui-

(Continua na pág. VII)

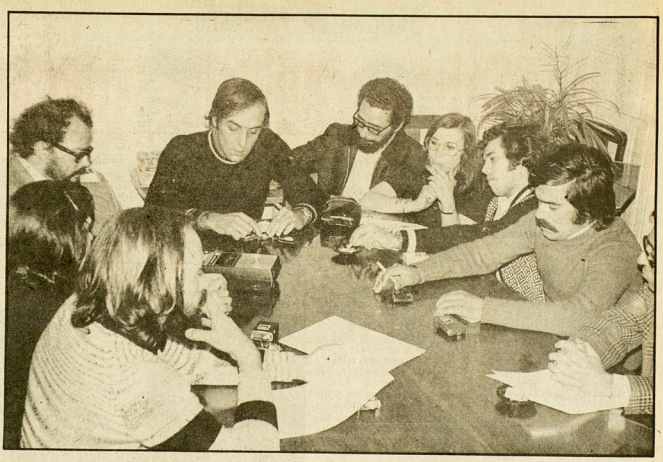
BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

SUPLEMENTO MENSAL DO «ALAVANCA»

N.º 3 27-V-1975

Directores responsáveis:
João Veiga
e Maria Filomena Carvalho Santos

As Comissões de Trabalhadores dos Supermercados Pão de Açúcar, Natripol e A. C. Santos — participar na batalha de produção através do controlo de produção



BATALHA DA PRODUÇÃO

A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO

Os trabalhadores da Nutripol, Supermercados A. C. Santos e Pão de Açúcar, lutando contra os despedimentos e pela garantia de emprego, defenderam ao mesmo tempo a economia nacional da sabotagem dos capitalistas.

Enquadrando a luta pelos seus interesses na luta mais geral de toda a classe do comércio e de todos os trabalhadores portugueses contra os monopólios estes 3000 trabalhadores do comércio são um exemplo de unidade e de solidariedade de classe.

Unidos garantiram o seu direito ao trabalho e bateram a reacção nas suas manobras sabotadoras, unidos estão hoje (e em estreita aliança com o MFA), para avançar na nova etapa do processo revolucionário — a participação activa dos trabalhadores na batalha económica. De facto o controlo da distribuição é parte integrante, e bem importante, dessa batalha.

Porque consideramos que a divulgação do que foi e é, a luta destes trabalhadores contribui para definição das tarefas que se põem aos trabalhadores neste momento convidámos para uma mesa redonda 14 elementos das comissões de trabalhares destas três empresas.

Do Pão de Açúcar participaram Maria Helena Cristóvão, serviço de Pessoal, Luís Filipe Santos, loja de Alcântara, Joaquim Labaredas, serviço de Cálculo, José Gonçalves Ferreira secção de frutas e legumes, de Olivais. Da Nutripol estiveram presentes Aurora Soares, caixa de balcão, Daniel Silva, gerente da loja. Artur Rodrigues, empregado de armazém, Joaquim Barroso, motorista da secção de compras, Cunha de Oliveira, empregado de Armazém. Pela Comissão de Trabalhadores dos Supermercados A. C. Santos intervieram: Carlos Alberto Santos, encarregado de talho, Humberto Lourenço dos escritórios e Joaquim José Pereira Martins, secção de charcutaria. Participou também Vítor Ávila, consultor económico-financeiro do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio.

MARIA HELENA — Para além do nosso direito ao trabalho, punha-se-nos o dever de agarrarmos a empresa e pô-la ao serviço do Povo

HUMBERTO — No A. C. Santos a repressão aos trabalhadores assumiu aspectos escandalosos, o patrão não quis adaptar-se à nova situação de democracia e liberdade, continuando depois do 25 de Abril de 1974, a actuar em pleno fascismo.

Como tínhamos condições de trabalho miseráveis quisemos alterar essa situação e apresentamos algumas reivindicações em Maio de 74. O Adelino Cardoso dos Santos não teve em conta as nossas reivindicações e como represália começou a dizer que ia despedir 60 trabalhadores. Em Junho fomos para o Ministério do Trabalho onde passaram a decorrer as negociações. Numa posição de força o patrão inicia o seu «programa de despedimentos» mandando para a rua sete trabalhadores. Não aceitámos e conseguimos readmitir os 7 camaradas.

As negociações continuaram no Ministério do Trabalho mas o capitalista recusava-se a assinar a cláusula dos despedimentos sem justa causa e era seu firme propósito confirmar a saída dos 7 trabalhadores e despedir os restantes 53. Numa manobra di-

(Continua na pág. IV)

A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

(Continuação da pág. III)

visionista, fazia correr (através dos lacaios seus) que era preciso sacrificar alguns para bem de todos, porque só despedindo aqueles trabalhadores podia garantir o emprego dos outros.

Entretanto acabou por chegar a acordo no Ministério do Trabalho. Acordo sofismático da parte dele, porque dias depois quando se processaram os ordenados conforme o que fora acordado, recusou-se a pagá-los. Fizemos imediatamente um plenário e decidimos ocupar as instalações e serem os próprios trabalhadores a regularizarem a situação.

CARLOS — Quero salientar que os Sindicatos, nomeadamente dos Trabalhadores do Comércio e dos Escritórios, nos deram um constante apoio nesta luta. A certa altura o Adelino Cardoso dos Santos viu que a Comissão de Trabalhadores e os delegados sindicais eram uma grande força. É que já se tinha dado o 28 de Setembro e o homem começava a compreender que isto já não ora como no outro tempo. Então imaginou uma estratégia diabólica que passava pelo desacordo de toda a Comissão de Trabalhadores e delegados sindicais, e ainda pela sabotagem da economia nacional.

— Por um lado começou a transferir-nos para outras instalações, por outro fez venda fictícia das lojas aos tais 20 testas-de-ferro seus. Estes continuando o seu trabalho de divisão dos trabalhadores diziam agora que as «suas» lojas já não tinham nada a ver com os Supermercados A. C. Santos e que não estavam vinculados ao acordo assinado no Ministério do Trabalho. Paralelamente a tudo isto fazia crer que a empresa estava em má situação económica junto dos fornecedores, para estes exigirem os pagamentos a pronto e os Bancos cortarem o crédito, aquilo que ainda restava da empresa A. C. Santos (que era precisamente para onde haviamos sido transferidos). Seguidamente vamos todos despedidos. Recusamo-nos a aceitar o despedimento comparecendo sempre no local de trabalho, embora aos camaradas dos escritórios fosse retirado o trabalho e chegassem a ser cortados os telefones.

Começámos a lutar por regressar aos antigos locais de trabalho e o pedido de sindicância que havia sido feito arranca nesta altura. Prova-se aquilo de que suspeitávamos — viciação de escrita, furtos, todo o género de aldrabices! As vendas fictícias eram nitida burla. Enfim, uma vigarice tal que o homem tinha já a prisão à sua espera.

HUMBERTO — A marcha do processo revolucionário acelera-se, e isso cria condições para levarmos à prática aquilo que o plenário de trabalhadores já decidira em Março — saneamento da administração. No dia 8 de Abril os trabalhadores ocupam simultaneamente todas as instalações, desde Moscavide à Av. João XXI. Expulsámos a Administração e exigimos das entidades oficiais tomada de posição perante toda a actividade ilícita da mesma, uma vez que era por demais conhecida a sua conduta dolosa. O Adelino Cardoso dos Santos foi preso e os trabalhadores entram em autogestão com o apoio dos Sindicatos e do próprio governo, que estava consciente da situação.

MARTINS — Esta situação era provisória, visto que através do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, já nos haviamos ligado aos camaradas de outros supermercados, com vista à integração numa rede estatal. Esperamos que isso seja em breve uma realidade, como um passo dado nesse sentido fizemos chegar ao Governo a sugestão de que seja a mesma Comissão Administrativa, a gerir desde já as 3 empresas, o que foi, como se sabe, aceite e já está oficializado.

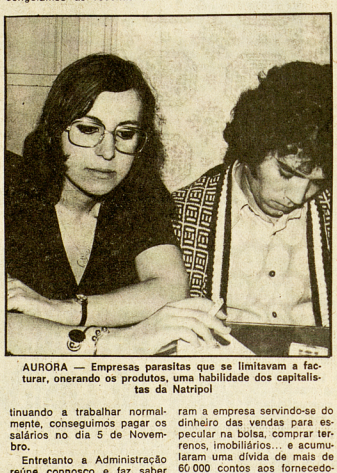
OS CAPITALISTAS DA NUTRIPOL DISTINGUIRAM-SE NOS MALABARISMOS SABOTADORES DA ECONOMIA NACIONAL

DANIEL — Juntamente com a liberdade o M.F.A. trouxe-nos a esperança de melhores regalias e condições de trabalho. Para concretizarmos estas esperanças apresentámos um Caderno Reivindicativo à Administração, depois de nos termos organizado e ter eleito uma Comissão de Trabalhadores.

Esta Comissão apresentou as nossas reivindicações e começou a exercer uma certa fiscalização sobre os actos da Administração. Foram logo detectados nítidos sinais de que esta não se preocupava com a gestão da empresa. Pelo contrário estava a manter praticamente à sua custa todo o grupo UNIGESTE, composto por 25 empresas, das quais apenas a NUTRIPOL e a ALOEMBA eram produtivas.

Assim eles adquiriam mercadorias que eram colocadas nos supermercados mas as receitas não eram para pagar aos fornecedores, eram desviadas. Esses senhores tinham uma série de empresas que «prestavam serviços» mas que se limitavam a debitar serviços descapitalizando a NUTRIPOL, ficando a dever aos fornecedores.

Em Outubro já não pagaram os ordenados no prazo legal, isto é, no dia 30 recebemos apenas 50% dos vencimentos. Então montámos piquetes e congelámos as receitas continuando a trabalhar normalmente, conseguimos pagar os salários no dia 5 de Novembro.



AURORA — Empresas parasitas que se limitavam a facturar, onerando os produtos, uma habilidade dos capitalistas da Natripol

Entretanto a Administração reúne connosco e faz saber que não nos seriam pagos os salários e o subsídio de Natal. Nesta altura pedimos a intervenção do Estado ao abrigo do art. 660/74, entretanto promulgado. A Administração porém, já havia pedido «auxílio» ao Estado através de um empréstimo de 25 000 contos a conceder pelo Banco de Fomento. Este era mais um dos malabarismos económicos em que os senhores da NUTRIPOL se distinguiram.

CARVALHO — Eles distinguiram-se e ainda se distinguem, o sr. eng.º João Gomes Barreto ainda há pouco foi eleito para a C. I. P...

Estes senhores tinham uma série de empresas que se limitavam a debitar serviços umas às outras, vivendo disso. Eram especialistas em prender o Conselho de Administração de dois em dois meses e às vezes mais, assim circulavam «democraticamente» pelos Conselhos de Administração, das várias empresas do grupo UNIGESTE. Esta é, aliás, uma empresa de capital «democrático». Tinha 500 acinstrasmisslvel. Cada accionistas, cada um com uma quota de 100 contos, que era nista não podia ter mais de uma quota. Era por isso que eles diziam que a empresa tinha capital «democrático». O dr. Flores, patrão dos camaradas do PÃO DE AÇÚCAR, também lá tinha quota... «democraticamente» descapitalizaram a empresa servindo-se do dinheiro das vendas para especular na bolsa, comprar terrenos, imobiliários... e acumularam uma dívida de mais de 60 000 contos aos fornecedores. Diziam que não podiam pagar o ordenado dos trabalhadores e então tiveram a «luminosa» ideia de pedir 25 000 contos ao Ministério da Economia durante o mandato do dr. Rui Vilar. O III Governo Provisório disse que sim! Mas os trabalhadores disseram não!

Nesse plano «histórico» apresentado pelas nossas excelentíssimas Administrações havia por exemplo a proposta de pôr em pleno funcionamento uma empresa que era o «Pronto». Esta firma abastecia de víveres a Nutripol funcionando como intermediário. O que ia permitir aos capitalistas do «Pronto» (que eram como já sabemos os mesmos da Nutripol) apossarem-se das margens de armazenista, cobrar a 30 dias e conseguir prazos de pagamento de 90 dias e mais, ficando com um capital circulante de 30 000 contos (que podiam utilizar onde lhes apetecesse). A Nutripol teria lucros mínimos, não podendo os trabalhadores reivindicar salários actualizados e por outro lado nunca haveria capital próprio da Nutripol para investimentos.

Os trabalhadores fizeram saber à Administração que se opunham a tal plano, com o que se mostrou muito admirado o dr. Fernando Muller, afirmando que não percebia a desconfiança dos trabalhadores! Mas os trabalhadores percebiam, mesmo sem saberem nada de economia...

AURORA — Outro exemplo: uma firma do grupo, a Aloemba, fábrica tambores para lata, mas só fabrica, quem comercializa é a Coteme. Esta empresa, que nem têm armazéns para este produto, ficando este nos armazéns da fábrica, limita-se a facturar. Ora a produção é de 6000 contos por mês, se a empresa vendedora leva 15% sobre isto, logo são 900 contos «de caras». Admitindo que pagam 200 contos de salários (que não pagam!) são 700 contos que vão para os seus bolsos onerando o produto no mercado.

CUNHA — Os trabalhadores opuseram-se ao tal plano, reuniram e decidem ocupar as instalações ao mesmo tempo que a administração entrega a empresa à falência. Os trabalhadores dissemos não à falência, não ao encerramento das instalações, não ao desemprego! Continuámos a trabalhar e a sobreviver minimamente. Comprando a pronto lá conseguimos ir efectuando os salários, mas o 13.º mês até hoje ainda não o vimos!

RODRIGUES — Lançados para a autogestão para garantir o nosso direito ao trabalho, resolvemos legalizar a situação. Falámos com o Ministério do Trabalho que nos deu o máximo apoio, falámos com os Sindicatos, aliás a Comissão de Trabalhadores integra os Delegados Sindicais e por fim decidimos constituir uma cooperativa.

Fizémos os estatutos, discutimo-los e aprovámo-los numa célebre Assembleia que foi a última da Nutripol e a primeira da Alicerce.

Convém sublinhar que a nossa perspectiva geral não era a cooperativa mas sim a formação por parte do Estado de uma grande empresa de distribuição de artigos e produtos de primeira necessidade. Os nossos objectivos passam pelos objectivos de todos os trabalhadores e a criação de uma empresa desse tipo favorecerá o público consumidor. Entretanto, havia que legalizar a situação e a cooperativa foi a solução transitória que nos pareceu mais correcta para permanecermos unidos.

PÃO DE AÇÚCAR — 2500 trabalhadores dispersos por 4 distritos, unidos como um só homem

ES DO COMÉRCIO

LABAREDAS — O 25 de Abril de 1974 veio encontrar os trabalhadores do Pão de Açúcar com salários miseráveis. Havia salários de 1800$00, de 2000$00 e com 2000$00. Havia mais de 500 trabalhadores. Entretanto, os administradores ganhavam 40, 45 contos sem contar as isenções de horário, subsídios de transporte, gratificações especiais, que totalizavam mais de 100 contos mensais. Nessa altura, a soma do que ganhavam os 30 indivíduos melhor pagos na empresa, era igual à soma dos ordenados de 1000 que ganhavam menos.

Surgida a liberdade em 25 de Abril imediatamente nos organizámos elegendo comissões de trabalhadores em todos os locais de trabalho e elaborámos um caderno reivindicativo que visava sobretudo alterar a situação dos mais explorados. Apenas exigimos aumentos até ao nível de 7000$00, mas fixámos o salário mínimo em 4500$00. Assim os que ganhavam menos foram os que receberam maiores aumentos. A partir do salário mínimo os aumentos foram escalonados até aos ordenados de 7500$00 a que correspondeu 500$00 de aumento.

LUÍS FILIPE — Outras reivindicações eram salário igual para trabalho igual, equiparações de funções e rectificações nas categorias sindicais, uniformização dos períodos de férias. Uma Comissão Central representando todas as comissões das lojas entrou em negociações e a 5 de Maio era assinado o acordo.

A Administração apenas deu cumprimento às revisões de salários, arrastando-se por vários meses as discussões sobre o cumprimento das restantes cláusulas. Em Setembro compreendemos que embora tendo assinado o acordo a Administração não estava disposta a cumpri-lo integralmente.

Os capitalistas aparentaram durante algum tempo estar com o processo, mas nessa altura começam a dar indícios de não serem tão liberais como queriam fazer crer. Boicotam a criação de novos postos de trabalho, cancelando a abertura de lojas já programadas. Não tomam medidas para garantir a continuidade da empresa, porque a partir de determinada altura a política é não investir nem mais um tostão. Incrementam-se as importações supérfluas, do Brasil chegam monos que são para deitar fora depois de serem pagas ao estrangeiro avultadas somas.

LABAREDAS — Fizemos um Plenário a nível nacional onde todos os trabalhadores tomaram conhecimento da situação e participaram na sua análise. Considerámos que ir para posições de força podia criar uma situação prejudicial para os próprios trabalhadores. Também não esquecemos que da empresa dependiam quase totalmente algumas centenas de pequenos fornecedores. A situação política nessa altura não estava muito clarificada, já passara o 28 de Setembro, mas parecia que se estava a viver um certo impasse, não vimos condições para avançar embora já houvesse uma vontade generalizada de «correr com a administração». Concluíu-se que não era oportuno ir para este tipo de luta porque não havia muitas hipóteses de vitória e decidimos dar um prazo até Janeiro. Entretanto, participávamos activamente na luta de todos os trabalhadores do comércio retalhista pelo novo Contrato Colectivo que embora fosse inferior ao nosso acordo mesmo assim nos beneficiava.

LABAREDAS — Antes de 25 de Abril de 1974 a soma dos vencimentos dos 30 indivíduos que ganhavam mais, era igual aos ordenados dos 1000 que ganhavam menos

DANIEL SILVA — Responde a uma questão posta pelo economista do Sindicato

MARIA HELENA — Em Janeiro voltámos a pressionar a Administração para que fossem feitas as rectificações. Mas continuava a sua sistemática recusa. As negociações continuaram, agora no Ministério do Trabalho com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio. A Administração apoiada pela Associação dos Supermercados então em formação procurou barlharnos, fazia crer que a situação na empresa era ruinosa. Sabíamos que era mentira e se havia alguns problemas de liquidez, à má gestão e sabotagem dos monopolistas se devia. Estávamos já sem paciência, eles não se preocupavam, como nós, com a situação dos pequenos fornecedores, com a solidez da empresa, com o nosso direito ao trabalho...

Para garantirmos esse direito e defender da sabotagem económica a maior empresa de comércio retalhista, vimos que só nos restava tomar uma atitude drástica. Se não a tomássemos eles podiam levar a empresa para uma situação bastante grave. Tínhamos que ultrapassar os aspectos puramente reivindicativos e pessoais. Além de lutarmos pela nossa garantia de emprego, punha-se-nos o dever de agarrarmos a empresa e pô-la ao serviço do povo.

GONÇALVES FERREIRA — Surge o 11 de Março, há manobras suspeitas dos administradores, ocupamos a empresa e através do Sindicato apresenta-se um relatório ao primeiro-ministro, pedindo a intervenção do Estado. Como entretanto haviam sido nacionalizados os Bancos e os Seguros grande parte do capital era já do Estado. No Plenário realizado em Março decidimos sanear os 4 administradores e pedir ao Estado a nomeação de uma Comissão Administrativa que tivesse o aval dos trabalhadores e do Sindicato.

Quero salientar que a nossa luta foi sempre conduzida através das comissões de trabalhadores eleitas em cada loja. O Plenário das Comissões reúne todas as semanas e a Comissão Central presta-lhes contas do que vai fazendo. Para as grandes decisões, aprovação do caderno reivindicativo, adiamento em Outubro de posições de força para ocasião mais oportuna, e saneamento da administração, reuniu três vezes o Plenário Nacional onde estiveram presentes todos os trabalhadores do Porto, Setúbal, Aveiro e Lisboa. O apoio dos Sindicatos foi muito positivo e a integração dos delegados sindicais em todas as comissões de trabalhadores revelou-se muito útil.

VÍTOR ÁVILA — Efectivamente a ligação de todas estas lutas ao Sindicato não permitiu que os trabalhadores se «fechassem» na empresa e levou-os a travá-las dentro de uma perspectiva global. De tudo o que aqui foi dito, podemos concluir que não foi estranho à condução correcta de todas estas lutas o facto de integrados nas comissões de trabalhadores delegados e até dirigentes sindicais.

Outra conclusão é que a participação maciça dos trabalhadores e as decisões assumidas colectivamente foram sentidas pela generalidade dos trabalhadores, o que fez com que estas lutas não fossem conduzidas sectorialmente a partir de Lisboa mas a nível nacional.

Podemos também concluir que os grandes capitalistas, quer se apresentassem com fachada liberal e capital «democrático» ou nitidamente reaccionários como o A. C. Santos, perseguiam todos o mesmo objectivo — travar o avanço do processo revolucionário, lançando os trabalhadores no desemprego e sabotando a economia nacional.

Concluímos ainda que a avaliação correcta das situações e da correlação de forças a cada momento, foi condição fundamental para o êxito destas experiências.

Outro aspecto muito interessante foi a iniciativa, imaginação, criatividade e solidariedade de classe de todos estes trabalhadores para garantir o seu direito ao trabalho e evitar as especulações com possíveis perturbações na distribuição de bens de primeira necessidade.

Gostaríamos de ouvir as suas perspectivas futuras neste campo, agora que começam a sentir que a economia já lhes não é estranha. Antes, porém, gostaria de referir que o Sindicato, como organismo de classe dos trabalhadores, e para responder às tarefas concretas que neste momento se põem aos trabalhadores, acaba de criar uma nova estrutura — o Gabinete de Estudos Económicos que apoiará todos os trabalhadores (como já o fez nestes três casos e nalguns outros) no controlo da distribuição.

COMO PODEM OS TRABALHADORES DO COMÉRCIO PARTICIPAR NA BATALHA DA PRODUÇÃO

LABAREDAS — O controlo de distribuição, faz parte da batalha de produção. Efectivamente julgamos que uma empresa como a que queremos criar permite controlar os preços mesmo na distribuição Não há dúvida que uma rede com todos estes supermercados integrados poderá ser um factor de contenção de preços, de combate à especulação, além de apoiar a produção e criar novos postos de trabalho.

É claro que muitas coisas estão ainda no campo das perspectivas. Mas logo que corremos com a Administração começámos a pensar em aproveitar integralmente toda esta estrutura e pô-la ao serviço dos trabalhadores.

Aqui põe-se-nos uma questão hoje sacramental — que vantagens colhem os trabalhadores e a população em geral da intervenção do Estado nas empresas? Pois nós podemos citar já alguns exemplos concretos. Acabaram-se as importações de produtos supérfluos. Não vieram mais pepinos de Marrocos, tâmaras da Argélia ou sapatos do Brasil. Antes passámos a consumir as massas «Delícia» cuja fábrica esteve em vias de ser encerrada, os Yogurtes Bom Dia da Biolacta, onde os trabalhadores travaram dura luta contra toda a espécie de boicotes.

Por outro lado, estabelecemos contactos com o complexo do Cachão e algumas cooperativas. Outra medida que tomámos imediatamente foi acabar com as «remarcações». Isto é um truque utilizado pelos capitalistas que lhes permite obter duas vezes o lucro sobre os produtos

Continua na pág. VI)

(Continuação da pág. V)

que sofrem aumentos. Eles aproveitam a chegada do produto ao novo preço para remarcar todo o stock existente, em prejuízo do consumidor.

LUÍS FILIPE — Quanto a benefícios para os trabalhadores, nós temos consciência que os capitalistas deixaram uma má situação financeira e ela não pode garantir determinados níveis salariais a que temos direito, estamos a lutar pela consolidação da empresa porque da sua estabilidade está dependente o nosso ganha-pão. Entretanto, pensámos que se justificavam medidas de moralização dos salários e decidimos reduzir os grandes ordenados.

Como já referimos no princípio, para além dos Administradores havia uma vintena de quadros. Os seus ordenados mensais eram 30 contos e mais. Os directores de serviços sofreram reduções de 5, 7 e até 15 contos. Ficaram todos com uma média de 20 contos e os adjuntos 17. Com estas medidas conseguiu-se libertar a empresa de um encargo de 4 000 contos. É de referir também que acabámos com as isenções de horário, subsídios de transporte, que eram formas de pagar mais a esses indivíduos. O dr. Flores, por exemplo, tinha para seu serviço exclusivo um Mercedes que custou 600 contos à empresa e mesmo assim tinha subsídio de transporte.

LABAREDAS — É claro que estas medidas de moralização foram muito bem aceites pelos trabalhadores que assim vêem na prática que «isto» está a ser feito para as classes mais desfavorecidas. De facto os trabalhadores muito mal pagos têm hoje diferenças substanciais em relação ao que ganhavam há um ano, e embora ainda não estejamos a ganhar o que era justo, nem sequer ainda pelos CCT, a verdade é que os trabalhadores vêem uma contrapartida.

Sobre a questão dos quadros, ainda à pouco focada pelo nosso primeiro-ministro, também temos uma experiência interessante a divulgar. É bom esclarecer que chegou a falar-se do saneamento de todos os directores de serviços. Nós não concordámos e discutimos o papel dos quadros. Era um grande risco para o bom funcionamento da empresa, se junto com os quatro administradores saneados, fossem afastados os 20 técnicos citados, sobretudo quando ainda nem estava nomeada a Comissão Administrativa. O fundamental era aguentar a empresa e nisso eles tinham um papel a desempenhar. Aliás, vários técnicos haviam já dado provas de que estavam com os trabalhadores e com a Revolução. Não foi por acaso que dos 4 elementos nomeados pelo Governo, com o aval dos trabalhadores, 3 eram do Pão de Açúcar.

CARVALHO — O caso da Nutripol já é bastante conhecido, mas há aspectos que interessa salientar, dentro dessa linha de análise da situação e fazer a cada momento a opção do possível. Quando decidimos transformar a ex-Nutripol na cooperativa Alicerce, encarámos isto como um processo transitório, nós somos trabalhadores assalariados e a cooperativa acabaria por nos tornar em pequenos capitalistas. Surgido o IV Governo Provisório e sobretudo o Conselho Superior da Revolução abrem-se novas perspectivas aos trabalhadores portugueses. Porque a Banca havia sido nacionalizada, porque a Nutripol devia muito dinheiro à banca, porque os camaradas do Pão de Açúcar conduziam a luta que já vinha de longe e sempre nas melhores relações connosco, trocámos impressões e decidimos enterrar a cooperativa.

Como disse o meu camarada Rodrigues, a nossa sugestão é a criação de uma empresa estatal de comércio, em que o controle dos trabalhadores conjugado com a planificação estatal, permitiria regulamentar os preços e evitar um possível boicote na distribuição. Desejamos e lutamos para que tal não aconteça, mas nós sabemos que noutros países, que prosseguiram na via socialista, as perturbações na distribuição viraram as classes mais exploradas contra o próprio governo revolucionário que os defendia. Foi assim no Chile.

Por outro lado, nós pensamos que a redução de circuitos entre a produção e o consumo permite desde já pagar melhor à lavoura. Nós sabemos que as classes mais exploradas têm sido o operariado das zonas urbanas e o camponês. Este tem vivido só à base de couves e com a côdea, não sabe ler nem escrever e tem sido sempre explorado, devemos pensar neles em primeiro lugar.

Não vamos ser demagógicos e dizer que a nível de preços também se pode de imediato vender mais barato, até que não nos move o desejo de prejudicar os pequenos comerciantes antes pelo contrário. Ao pretendermos abolir o intermediário, não pensamos em termos de carnificina. Pretendemos encurtar circuitos, mas não repentinamente. Temos que dar tempo a que essa classe intermediária se vá adaptando, se vá reconverter, participando no nosso trabalho (ou na produção ou na distribuição) e não seja um parasita entre a produção e o consumo.

HUMBERTO — Outro aspecto da eliminação de certos custos, que podemos salientar no nosso caso é a redução dos custos administrativos. O plano em que já acordámos leva à eliminação de escritórios. Numa segunda fase, vamos reduzir os custos das lojas, isto já numa perspectiva global, evitando repetição de lojas. Assim, em zonas da cidade onde a densidade de supermercados seja injustificada, enderaremos essas lojas.

Vamos fazer uma racionalização dos custos com os armazéns, que todas estas 3 redes possuíam e que podem unificar-se. Também a distribuição sobretudo de frescos pode ficar muito menos sobrecarregada. Quero salientar que com toda esta racionalização que estamos a fazer não vai ficar ninguém no desemprego. Um ponto que ficou assente logo que nos sentámos à mesa (os representantes dos trabalhadores destas 3 cadeias de supermercados) foi a de que não há ninguém despedido. Podemos então perguntar, mas esses trabalhadores que sobram das lojas e escritórios que não são necessários, não ficam a sobrecarregar a empresa? Podemos dizer, antes pelo contrário, que toda essa gente será insuficiente para a ampla rede de distribuição já programada e ainda se criarão novos postos de trabalho.

CARVALHO — É preciso salientar que pensamos na racionalização como trabalhadores e não da mesma maneira que os capitalistas. Assim vamos resolver olhando os casos pessoais, solidariamente entre camaradas de trabalho. E os camaradas que moram em Almada junto a uma loja do Pão de Açúcar mas que vêm trabalhar para a Nutripol de Lisboa, ou que vão de Lisboa para Moscavide ou Queluz, irão sendo progressivamente transferidos para os locais que mais lhes convém.

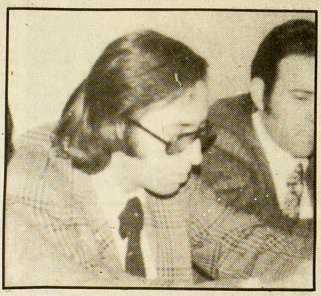
LABAREDAS — É de salientar o melhor aproveitamento das estruturas existentes. Nós sabemos de casos concretos em que eram muito mal aproveitadas, como a Solnave, que tem capacidade de abastecimento para uma rede muito mais vasta que a do Pão de Açúcar pois tem máquinas de empacotamento, toda uma série de aparelhos que não estava a ser integralmente aproveitada. Com a integração destas 3 empresas vai ser necessário que essas máquinas se ponham a trabalhar na sua máxima capacidade, mas com isso são precisas mais pessoas para trabalhar com elas. Assim, fica equilibrada a situação dos camaradas da Solnave (que estavam ameaçados pela instabilidade criada pelos capitalistas do Pão de Açúcar) e criar ainda novos postos de trabalho.

RODRIGUES — Outro exemplo: com a reconversão da loja que a Nutripol tem em Queluz o seu quadro de pessoal fica aumentado com mais 17 trabalhadores. Para aí irão colegas que «sobram» das lojas existentes.

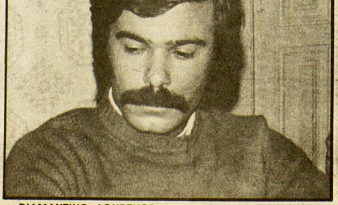
Tudo o que foi dito reflecte bem a vontade dos trabalhadores portugueses, neste caso dos trabalhadores das maiores empresas de comér-

(Continua na pág. VII)

A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO



HUMBERTO — A repressão aos trabalhadores do A. C. Santos, manteve-se muito para além da queda do fascismo



DIAMANTINO LOURENÇO — Votámos a verticalização sindical, por isso nós motoristas dos supermercados, também pertencemos ao sindicato dos trabalhadores do comércio

LUÍS FILIPE — Embora tendo assinado o acordo a Administração não estava disposta a cumpri-lo

CASA PINHEIROS

I SESSÃO DE DINAMIZAÇÃO SINDICAL

(Continuação da pág. II)

ta gente pouco esclarecida. Porém, há que termos todos a consciência de que é necessário compreender a realidade que nos rodeia, e é extremamente positivo que esta sala esteja cheia.

«Estamos, pois, a aprender todos uns com os outros, e, por isso mesmo, devemos falar como trabalhadores que somos, sem nos preocupar em dizer «asneiras».

«Em primeiro lugar, quero-vos dizer que as nacionalizações só podem ser compreendidas a partir das transformações políticas registadas no nosso país. Na verdade, amigos, depois do 25 de Abril houve ainda o 28 de Setembro e o 11 de Março, que permitiram uma maior clarificação da vida política portuguesa.

«As nacionalizações da banca e dos seguros, após o 11 de Março, vieram a trazer para as mãos do Estado dois terços da economia nacional.

«Qual o significado das nacionalizações?» — perguntou Higino Santos. Aí fez uma pausa, tomando a palavra Edgar Valles, da Secção de Apoio aos delegados sindicais.

«Houve países — começou por dizer — onde se verificaram nacionalizações de sectores por vezes importantes da economia. Simplesmente, quando as forças conservadoras recuperaram as suas posições, subindo ao Governo, ou quando as empresas, através do financiamento pelo Estado, se tornaram de deficitárias em rendiveis, verificou-se um retrocesso no processo. O Estado «devolveu» as empresas nacionalizadas aos seus anteriores proprietários, que ficaram muito agradecidos, uma vez que, além das indemnizações recebidas, tiveram outra vez oportunidade de explorar os operários «em liberdade»...

«Ora isso, amigos — concluiu Edgar Valles —, não vai, seguramente, passar-se aqui. As medidas de nacionalização decretadas pelo Conselho da Revolução visam essencialmente lançar as bases da economia socialista, liberta da exploração e dos monopólios. Por outro lado, o M.F.A. mantém-se firmemente apostado em fazer avançar a revolução, impedindo manobras reaccionárias tendentes a instaurar em Portugal um governo dos monopólios.

«É por isso mesmo — recomeçou Higino Santos — que os trabalhadores devem ter a consciência clara de que «a economia já não lhes é estranha», conforme as palavras do Conselho da Revolução.

A BATALHA DA PRODUÇÃO

«A economia portuguesa é débil. Não é uma novidade esta afirmação» — continuou Higino. — «Nestas condições, os trabalhadores têm de preocupar-se com a situação económica, empenhar-se na batalha da produção.

«Não se trata propriamente de trabalhar mais horas. Trata-se, antes, de controlar a produção e reconverter certos sectores em benefício das massas trabalhadoras.

«Através das comissões sindicais, através dos elementos que foram democraticamente eleitos pelos trabalhadores, é necessário, por exemplo, controlar os preços. Quando esta casa vende fatos de seis contos, há que perguntar: quem compra esses fatos?

«Serão os trabalhadores? Penso que não. Quem compra esses fatos é a alta burguesia, interessada em manter os seus privilégios de classe. Por isso mesmo, se pensarmos que os trabalhadores são aqueles que mais necessitam, afinal, de bens de consumo a preços acessíveis, há que estudar a reconversão de casas como esta.

«Há que rectificar os circuitos de distribuição, de modo a eliminar os intermediários, que mais não fazem senão encarecer o produto. E quem vai comprar esse produto? Somos precisamente nós, trabalhadores.

«Há necessidade de rever os circuitos de distribuição, e temos de ser nós, trabalhadores, a ter uma acção determinante nesse sentido.

«Por um lado, aumento da produção, por outro lado, melhoria dos circuitos de distribuição, e, logicamente, poderemos elevar o nosso nível de vida. Não há milagres, isto não é o ovo de Colombo, não há outra hipótese. Vocês não são economistas, nem eu o sou, mas não é nada difícil compreender este assunto...

«Para finalizar, resta-me dizer que nos temos de preocupar com a nacionalização do comércio interno e externo. Temos de pensar, também, em reduzir as importações, pois há muitas coisas que se fabricam cá, e que não precisamos de mandar vir do estrangeiro...

«O trabalho não é fácil. Porém, temos de acreditar que o futuro é nosso. Porque ele é-o, de facto.»

«O SINDICATO É VOSSO»

Entrou-se, seguidamente, no debate, ou seja, na troca de ideias sobre os temas apresentados. Os trabalhadores da Casa Pinheiro debruçaram-se sobre a co-gestão e a auto-gestão, problemas da empresa, formas de organização, etc.

De referir um facto, aparentemente pouco significativo, mas elucidativo do interesse com que os trabalhadores seguiram e participaram na sessão de dinamização sindical: desde as 20 horas, até cerca das 23, ninguém (que tivéssemos visto) arredou pé. Muitos dos trabalhadores permaneceram de pé todo o tempo.

Para quem julgue que os trabalhadores de comércio têm «pouca consciência sindical», assistir a uma sessão do género da realizada na Casa Pinheiros constituiria uma autêntica surpresa. Não porque estes trabalhadores sejam diferentes dos seus colegas de comércio, antes pelo contrário. A forma como decorreu a sessão seria igual (e só lá-á, estamos certos) noutras empresas.

O que é necessário é existir uma estreita ligação entre o Sindicato e os trabalhadores. Como referiu, no final, o Higino Santos, «o sindicato não são quatro paredes. O sindicato são os trabalhadores. O sindicato são vocês, *O SINDICATO É VOSSO, trabalhadores do comércio!*»

E é por isso mesmo, para fazer chegar a acção e esclarecimento sindical a todo o lado, que sessões de dinamização sindical como esta têm de ser rapidamente efectuadas, já que constituem uma forma correcta de reforçar a unidade e consciência dos trabalhadores, pois só UNIDOS, ORGANIZADOS E VIGILANTES VENCEREMOS!

A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO

(Continuação da pág. VI)

cio retalhista no sentido de acompanhar as perspectivas lançadas pelo primeiro-ministro Vasco Gonçalves que é a maior participação dos trabalhadores no processo revolucionário, comparticipando no controlo da produção e distribuição. Os trabalhadores pensam também que só com a sua participação efectiva no planeamento, racionalização e reconversão da economia se poderá avançar para uma sociedade socialista onde terão sido abolidas as diferenças sociais. Pensamos que não são medidas tomadas de cima para baixo que virão resolver os problemas, eles são e serão realmente quando os trabalhadores põem a cabeça a trabalhar, acham as soluções e as tomam nas suas mãos, empurrando-os para a frente.

CARVALHO — Nós pensamos também que actuando a nível de programação de consumos, dizendo que podemos gastar tantas toneladas de batata, tantos hectolitros de vinho ou de azeite, podemos dar ao Ministério da Agricultura uma contribuição muito valiosa.

Nós sabemos que para os grandes agrários do Sul esse problema não se punha, aliás estando eles nas melhores relações com o governo fascista tinham sempre escamoteado para os seus produtos, seguiam o regime de monocultura, e sabiam quando cultivavam o azeite ou o trigo ou o arroz, o tomate que tinham os produtos colocados de antemão mas o pequeno agricultor do Centro ou do Norte foi sempre esquecido. Nós pensamos nesses trabalhadores que nunca se associaram, actuando numa base individualista a explorar pequenas parcelas foram sempre um joguete nas mãos dos fascistas, e quanto a mim os mais explorados de todos. A esses amigos não vamos dizer como se devem orientar e organizar, damos-lhes é uma perspectiva do consumo. Podemos programar e dizer ao agricultor nós consumiremos x, isso dá-lhe uma margem de segurança. Pode programar também pois sabe à partida que tem o produto colocado por determinado preço. E de referir também que a maioria dos trabalhadores compreendeu que o processo é de consolidação destas empresas e a prova é que pararam com as reivindicações salariais. É claro que não tivemos subsídio de Natal em Maio mas o de 75 há-de ser melhor. Aliás a nossa luta não foi tanto por reivindicações salariais mas pela garantia de emprego que esses fascistas nos queriam roubar.

Fascistas, sim. O Eng. João Barreto era accionista da Sinase, sede do Partido do Progresso em 28 de Setembro. Agora é da C.I.P., está certo nessa organização dos patrões. Quanto ao Muller, ele não é fascista, até é membro de um Partido democrático, mas nós não percebemos que democracia é a dele que lança 350 trabalhadores no desemprego quando tem uma vivenda na Caparica e outra na Costa do Sol

Nós nunca reivindicámos salários, a nossa luta não era económica, era pelo direito ao trabalho, o qual nos foi negado e eles tinham direito para investir...

VITOR ÁVILA — A perspectiva do Sindicato no acompanhamento destas lutas destas 3 cadeias de supermercados é de que o que mais interessa aos trabalhadores neste momento é a batalha da produção, e foi precisamente na condução e apoio técnico a estas lutas que nasceu o Gabinete de Estudos Económicos, que neste momento trabalha com vários processos. Nós pensamos que o controlo da distribuição pelos trabalhadores do comércio, é de facto mais importante que a reivindicação salarial. Esta medida é de grande alcance para o público consumidor, vítima de anomalias na distribuição.

Assim, usufruirá de um processo não especulativo nos preços. As pessoas podem ter a certeza de que os trabalhadores que estão nestas cadeias de supermercados estão ao seu serviço. Já não estão ao serviço da especulação dos capitalistas que pode levar, e algumas vezes levou, à fixação de preços que não são os mais justos.

Por outro lado, estes trabalhadores através da consciência adquirida na sua luta podem contribuir e estão a contribuir já para o aumento da produtividade, para o planeamento mais geral do comércio em ordem à produção. Para que não haja desperdício de recursos tanto na produção agrícola como na produção industrial, para que a economia do país passe a estar ao serviço do povo e não de uma minoria de privilegiados.

Já se encetou o processo de fusão destas três cadeias de supermercados. Esperamos vê-lo consumado dentor de pouco tempo. A integração cria ainda a possibilidade de se limitar a importação de produtos supérfluos e se eliminar também os intermediários do controlo grossista. Não quer dizer que se vá para uma posição de confronto ou afrontamento dos pequenos e médios intermediários; o que é preciso é encurtar o número de canais de distribuição que é exagerado. Por outro lado, esta luta que se iniciou para garantir o emprego aos trabalhadores traz em si, com o seu desenvolvimento, a criação de novos postos de trabalho, traz uma melhor distribuição das lojas a custos mais baixos.

Neste momento há uma grande concentração de lojas em Lisboa, pois cada cadeia de supermercados tem os seus pontos estratégicos. É preciso distribuí-las por outras zonas onde os consumidores tenham maiores carências.

IMPORTANTE VITÓRIA DA PAPELARIA FERNANDES

Na Papelaria Fernandes os trabalhadores em luta conseguiram recentemente conquistar importantes reivindicações: revisão da tabela salarial, subsídio de Páscoa, subsídio de alimentação, abolição das horas extraordinárias, saneamento, tolerância de 15 minutos e controlo da comissão de trabalhadores na venda de material, fim das «surdas»...

Sobre esta importante luta, ouvimos as impressões de 5 elementos da Comissão de Trabalhadores da Papelaria Fernandes: Carlos Machadinho, Fernando Ramalho, Carlos Vitorino, Pedro Nobre e Artur Naia.

C. I. D. — Como decorreu a vossa luta?

Artur Naia — É difícil dizer em poucas palavras como decorreu a nossa luta. Ela foi árdua, não foi nada fácil. Aprovámos inicialmente o caderno reivindicativo em plenário, e depois fomos para a frente.

De destacar, para já, o papel de um engenheiro da administração, o eng.º Rúben Fernandes, que se destacou particularmente pela resistência à satisfação dos pontos reivindicativos do caderno.

Nas próprias conversações que tivemos na empresa e posteriormente no Ministério do Trabalho, esse eng.º gabava-se da sua actuação, chegando ao ponto de dizer que o processo não ia para a frente devido apenas à sua pessoa... Estivémos 4 vezes, durante várias horas, em reuniões no Ministério do Trabalho, reuniões infrutíferas dado as manobras da administração. Depois dessas reuniões, chegamos à conclusão que não tínhamos outra solução senão romper as negociações.

Pedro Nobre — Viemos então para a empresa e colocamos aos trabalhadores o ponto da situação. Efectuaram-se reuniões por secções, de forma a saber ao certo que forma de luta os trabalhadores entendiam seguir.

Carlos Machadinho — Desculpa interromper-te, mas queria referir aqui um dos argumentos mais utilizados pela adminstração, com vista a justificar a sua oposição aos trabalhadores. O «argumento» era clássico: a empresa não aguentaria os novos encargos, que acarretariam a falência num curto período de tempo...

Artur Naia — Este «argumento» continua aliás a ser repetido. Penso que nós, trabalhadores, não devemos dar grande atenção àquilo que, afinal, a ser verdade, é da única responsabilidade da administração. Se for verdade, a administração só tem uma saída: a sua própria saída, responsabilizando-se, claro, pelos encargos e dívidas.

Temos, é evidente, de proceder rapidamente à análise da situação económica e financeira da empresa, com o acordo do Sindicato e do Ministério do Trabalho.

C.I.D. — Quanto a problemas de unidade?...

Fernando Ramalho

As manobras devisionistas surgiram principalmente por parte daqueles que ganham salários mais elevados. Na Papelaria Fernandes, entre 1314 trabalhadores, há 1112 que ganham menos de 8000$00. É precisamente entre a minoria que se encontra acima dos 8000$00 que se verificam mais manobras divisionistas. Claro que há muitas excepções...

C.I.D. — Houve dois objectivos alcançados que nos pareceram, particularmente importantes: o controlo da comissão de trabalhadores na empresa e o fim das «surdas». Qual o grau de controlo da comissão de trabalhadores na empresa? Como se concretiza esse controlo?

Carlos Machadinho — Entrámos em contacto com os bancos para termos conhecimento do movimento bancário dos accionistas da empresa. Queremos controlar as secções, controlar as vendas do material...

C.I.D. — Voltando à forma como decorreu a luta...?

Carlos Machadinho — Em Janeiro deste ano iniciamos então a segunda grande luta pós-25 de Abril. Esgotadas as possibilidades de resolver a luta por negociações, fizemos, como já referimos anteriormente, reuniões por secções. Os trabalhadores decidiram dessas reuniões que os seus representantes deviam voltar às negociações no Ministério do Trabalho, numa posição de força. Assim, foi decidida a paralisação do trabalho no dia de recomeço das negociações, de forma a que a empresa verificasse o apoio de que gozavam os representantes sindicais dos trabalhadores.

A maioria dos trabalhadores estava com a comissão, a comissão estava com os trabalhadores. A paralisação efectuou-se, no dia 9 de Maio, e as nossas reivindicações acabaram por ser satisfeitas.

C. I. D. — Do que vocês disseram, destaca-se o papel da comissão de trabalhadores. Poderiam referir-se à sua forma de constituição?

Artur Maia — A comissão foi formada há três meses, com representantes dos diversos sectores. Como sabem, a Papelaria Fernandes tem várias dependências, que elegeram representantes para fazer parte da comissão de trabalhadores. Actualmente, fazemos esforços para eleger delegados sindicais. Até ao momento, elegemos já 5 delegados sindicais. Penso que é importante elegar rapidamente o maior número de delegados sindicais, que naturalmente acabarão por ser, pelo menos em parte, elementos pertencentes à comissão de trabalhadores, uma vez que deram já suficientes provas de combatividade e espírito de sacrifício.

C. I. D. — Qual a situação actual?

Carlos Vitorino — Satisfeitas algumas das nossas reivindicações, temos no entanto de prosseguir a luta. Não poderemos, de forma alguma, permitir um «aburguesamento»... De facto, os trabalhadores da Papelaria Fernandes continuam a ser vítimas da exploração, têm, por conseguinte, de reforçar a unidade em torno dos seus objectivos de luta.

A luta não acabou, os trabalhadores ganharam nova consciência da sua força, e agora temos é de avançar, impedindo qualquer brecha na nossa unidade...

EDITORIAL

(Continuação da pág. I)

minuídos, e as importações supérfluas abolidas). Em todas essas decisões fundamentais os trabalhadores tiveram e têm a sua parte activa.

O socialismo é impossível sem a técnica do grande capital, sem uma organização metódica e planificada da produção e da distribuição, sem que os homens se subordinem a uma norma única na produção e repartição dos produtos.

2. SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS TRABALHADORES

Senão exemplificarmos quais as consequências para os trabalhadores portugueses, das nacionalizações, não se poderá ver qual o alcance destas medidas. Assim numa economia como a nossa, em que o grande capital financeiro se encontrava agrupado em estabelecimentos bancários, que eram a cabeça dos grandes grupos económicos, as nacionalizações da banca e seguros representam o controlo pelo Estado de cerca de 70 % da economia portuguesa, encontrando-se, neste momento, grande número de empresas com uma percentagem elevada de capital bancário, o que confere ao controlo das empresas pelos trabalhadores um carácter totalmente novo, isto porque os capitalistas que possuíam grande parte das empresas dominavam também um ou mais bancos para melhor poder manobrar a economia a seu favor.

Podemos dizer que a repercussão que teve a nacionalização da banca e seguros nas cadeias de supermercados foi grande, pois permitiu que os trabalhadores tivesem uma participação activa no controlo da grande distribuição.

Assiste-se, neste momento, nas grandes empresas de distribuição em que o Estado interveio, a uma redução dos salários mais elevados, à eliminação de muitos produtos supérfluos, à substituição de importações pela compra no mercado nacional, à eliminação de fraudes contabilísticas e da sabotagem económica, e sobretudo a um aumento da produtividade, prova evidente que os trabalhadores estão interessados no processo. Em relação ao emprego assiste-se também nestas empresas controladas à criação a curto prazo de novos empregos, preocupação dominante de todos os trabalhadores portugueses.

3. CONTROLO DA DISTRIBUIÇÃO

Neste momento põe-se cada vez com maior acuidade o problema da participação dos trabalhadores no controlo da distribuição, agora que o Estado decidiu intervir na grande distribuição. Se em empresas nacionalizadas ou com forte participação do Estado, os trabalhadores estão em luta pelo aumento da produção, outras há em que a batalha da produção (que na actual fase da Revolução não significa necessariamente aumento de trabalho) deve ser levada a cabo através de outras formas de actuação. Assim, o segredo comercial que ainda existe em algumas firmas deve ser abolido, devendo os trabalhadores, proceder ao controlo dos «lucros subterrâneos», pela análise das contas das empresas exigindo peritagens com apoio do Gabinete Económico do Sindicato. Esta medida é importante pois vai possibilitar um melhor controlo pelo Estado dos sobrelucros «chorudos», a que o capital estava habituado, revertendo assim parte deles através dos impostos, para o Estado, que assim os irá aplicar em benefício de todos os trabalhadores.